

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS  
FINANCEIROS**

**Wagner dos Reis**

**DERIVATIVOS: UMA FERRAMENTA PARA MITIGAÇÃO DE  
RISCOS COMERCIAIS**

**Porto Alegre**

**2011**

Wagner dos Reis

**DERIVATIVOS: UMA FERRAMENTA PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS  
COMERCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Professor Marcelo Perlin

Tutor: Janine Gonçalves



## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso visa demonstrar o impacto dos efeitos nocivos das variáveis mercadológicas na rentabilidade das empresas e elenca as formas de mitigação destes efeitos através do uso de derivativos. O trabalho busca, ainda, através de pesquisa nos balanços de empresas de capital aberto divulgados no último exercício (2010), demonstrar situações reais de empresas que tiveram prejuízos ou impacto em seus resultados causados por oscilações de variáveis mercadológicas, sugerindo ferramentas que poderiam ter sido utilizadas para minimizar ou neutralizar estes efeitos e quais os resultados poderiam ter sido obtidos.

Palavras-chave: Derivativos. Gestão. Risco. Hedge. Proteção. Mitigação. Rentabilidade. Variáveis. Mercadológicas.

## **ABSTRACT**

This conclusion of course work aims to demonstrate the impact of the harmful effects of marketing variables on the profitability of companies and lists ways to mitigate these effects through the use of derivatives. The job search, yet, through research on the accounts of public companies published in the last year (2010), demonstrate real situations of companies that had losses or impact on your results caused by oscillations of marketing variables, suggesting tools that could have been used to minimize or neutralize these effects and what the results might have been obtained.

Keywords: Derivatives. Management. Risk. Hedge. Protection. Mitigation. Profitability. Variables. Marketing.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
1.1	ASSUNTO.....	06
1.2	PROBLEMA.....	07
1.3	OBJETIVOS.....	07
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>07</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>07</b>
1.4	JUSTIFICATIVA.....	08
<b>2</b>	<b>QUADRO TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	10
2.2	MERCADO FINANCEIRO.....	13
2.3	SISTEMA BANCÁRIO.....	14
2.4	MERCADO INTERBANCÁRIO.....	15
<b>2.4.1</b>	<b>Certificado de Depósito Interbancário – CDI.....</b>	<b>16</b>
2.5	VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO.....	17
<b>2.5.1</b>	<b>Juros.....</b>	<b>17</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Taxa de Juros Real.....</b>	<b>17</b>
2.6	FLUXO DE CAIXA.....	18
2.7	TAXA INTERNA DE RETORNO.....	18
2.8	GESTÃO DE TESOURARIA.....	18
2.9	DERIVATIVOS.....	19
<b>2.9.1</b>	<b>Swap.....</b>	<b>19</b>
<b>2.9.2</b>	<b>Swap de Fluxo de Caixa.....</b>	<b>22</b>
<b>2.9.3</b>	<b>Opções Flexíveis Cetip.....</b>	<b>23</b>
<b>2.9.4</b>	<b>Termo de Moeda (NDF – <i>Non Deliverable Forward</i>).....</b>	<b>24</b>
<b>2.9.5</b>	<b>Termo de Mercadorias.....</b>	<b>24</b>

<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>26</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	26
3.3	FORMA DE ANÁLISE DE DADOS.....	27
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
	<b>ANEXO A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A.....</b>	<b>38</b>
	<b>ANEXO B – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.....</b>	<b>62</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Existe uma grande quantidade de variáveis mercadológicas e financeiras no mercado mundial e grande parte delas sofrem oscilações. As empresas, de um modo geral, pouco ou nada podem interferir no controle destas variáveis e, em sua atividade econômica, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, estão sujeitas aos efeitos destas oscilações.

Como forma de ilustrar hipoteticamente o acima exposto, o proprietário de uma pequena padaria de um bairro simples de alguma cidade no interior do território brasileiro tem sua margem de lucro ameaçada por um protesto anti-ditatorial em Trípoli, capital da Líbia, país do norte africano. O padeiro nada pode fazer para evitar o protesto ou interferir para que acabe da melhor forma. No entanto, vê o preço do trigo ser elevado por seu fornecedor. Mas a Líbia não produz trigo. Não, mas o trigo tem de ser transportado de alguma forma e isto implica no uso de combustível, e o Governo acabara de autorizar a elevação dos preços dos combustíveis pois o preço do barril do Brent em Londres bateu os US\$ 150,00 e a Petrobrás não tem como manter os preços de venda dos derivados.

As instituições financeiras brasileiras perceberam, a partir dos anos 80, que a simples intermediação financeira não poderia ser o principal pilar de sustentação da atividade bancária devido aos elevados índices de inflação e inadimplência, voltando, então, seus olhares para a prestação de serviços. Neste momento os Bancos entraram em praticamente todos os ramos de atividade envolvendo valores e risco baixo ou nulo, como seguridade, consórcio, capitalização, previdência, assessoria e consultoria, custódia, administração de recursos e derivativos.

Derivativos, estes, que poderiam ter garantido a margem de lucro do padeiro e de muitas outras empresas que estão expostas aos efeitos nocivos da variação do preço do petróleo e de inúmeras outras variáveis mercadológicas e financeiras.

Assim, o tema deste trabalho acadêmico concentra-se em apresentar estratégias de proteção contra as oscilações das variáveis mercadológicas e financeiras utilizando-se de derivativos como ferramenta para isso.

Em qualquer ambiente econômico, o efeito da demanda e da oferta, principalmente do movimento especulativo e ainda da dinâmica da economia brasileira e mundial faz com que os

preços das *commodities*, dos juros, dos indexadores de preço, das diversas moedas sofram oscilações.

Estas oscilações afetam direta ou indiretamente a margem de lucro de praticamente todas as empresas de todos os setores econômicos e pouco ou nada as mesmas podem fazer para evitar estas oscilações.

Nesse sentido, este trabalho pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: De que formas as empresas podem se proteger das oscilações nocivas de variáveis mercadológicas e financeiras se utilizando de ferramentas como os Derivativos?

Uma vez que as variáveis mercadológicas são incontáveis e para possibilitar um maior enfoque a presente pesquisa, a resposta **ao problema acima definido se aterá em duas variáveis: câmbio e preço de petróleo.**

O trabalho possui como objetivo geral Identificar qual o impacto que as oscilações das variáveis mercadológicas e financeiras, têm sobre a margem de lucro das empresas e descrever quais são as ferramentas de derivativos possíveis de serem utilizadas para amenizar ou anular estes efeitos e como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Mensurar qual o impacto que as variáveis mercadológicas e financeiras, notadamente câmbio e preço de petróleo, tem sobre a margem de lucro das empresas;
- b) Identificar quais são os principais derivativos encontrados no mercado financeiro brasileiro;
- c) Descrever as ferramentas de derivativos que poderiam ser utilizadas pelas empresas para redução do risco da oscilação de variáveis mercadológicas e financeiras, especificamente o câmbio e o preço do petróleo, através da análise de balanços de empresas que possuam exposição às referidas variáveis.

Para auferir lucro as empresas precisam ter um custo total inferior às suas receitas. Este cálculo seria simples se as entradas e saídas de recursos de empresa não sofressem variações, pois



assim, após determinado o custo bastaria acrescentar um percentual de margem de lucro nas vendas e sempre se teria lucro garantido.

No entanto, na maioria das vezes, tanto as receitas como as despesas estão de alguma forma vinculadas a alguma variável. Como o caso de uma Refinaria de Petróleo que adquire óleo bruto de petróleo, refina, extrai derivados como a gasolina e diesel, entre outros, e os comercializa. Ocorre que no Brasil o preço da gasolina e do diesel é fixado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e não pode ser reajustado pela Refinaria. Ao passo que o petróleo que a empresa adquire é precificado em dólar americano pela cotação do *Brent* (petróleo cru) na bolsa de Londres e que, obviamente, a refinaria não tem qualquer possibilidade de gestão sobre este preço. Neste caso hipotético, que será amplamente explorado na seqüência deste trabalho acadêmico, facilmente pode-se perceber que a empresa está exposta a oscilações de pelo menos duas variáveis importantes: preço do petróleo e câmbio (US\$/R\$). No caso de uma elevação do preço do petróleo, da cotação do dólar ou de ambos, a margem de lucro poderá estar comprometida, uma vez que não poderá repassar o aumento de custo para o preço do seu produto final que, como foi visto anteriormente, é fixado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Para o acadêmico, o presente trabalho tem a importância de melhor entender o funcionamento das dinâmicas de mercado e o que é a batalha diária do empresário em se manter competitivo, compensando as variações de seu custo de produção com ferramentas criativas e disciplina financeira. Acrescenta, ainda, a experiência e o conhecimento de estar aprofundando em importante e estratégico produto do portfólio de um Banco, que são os derivativos.

Para a sociedade, o trabalho tem a função de comprovar a necessidade cada vez maior da existência de grandes *players* no mercado financeiro, intermediando com profissionalismo os agentes especuladores e os *hedgers*, otimizando, dando liquidez, reduzindo custos operacionais e mitigando risco para que cada vez mais pessoas jurídicas possam participar deste importante mercado para o fomento da economia mundial.

## 2 QUADRO TEÓRICO

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Toda empresa, seja ela do setor de atuação que for, necessita manter suas finanças sempre ajustadas às suas necessidades para que suas operações não sejam afetadas por falta de recursos financeiros e nem sua rentabilidade seja comprometida por falhas na aplicação dos mesmos.

Segundo Gitman (2002), a administração Financeira relaciona-se estreitamente com Economia e Contabilidade, mas difere bastante dessas áreas. Já que a maioria das decisões empresariais são medidas em termos financeiros, o administrador financeiro desempenha um papel crucial na operação da empresa. As pessoas de todas as áreas de responsabilidade da empresa – contabilidade, produção, *marketing*, recursos humanos, pesquisas e assim por diante – necessitam interagir com o pessoal de finanças para realizar seu trabalho e necessita justificar necessidades de acréscimos de funcionários, negociar orçamentos operacionais, preocupar-se com a avaliação do desempenho financeiro e defender propostas que tenham, pelo menos em parte, méritos financeiros, para conseguir recursos da alta administração. Além disso, para o autor, a dimensão e a importância da função da Administração Financeira depende do tamanho da empresa e a função principal do contador é desenvolver e fornecer dados para medir o desempenho da empresa, avaliar sua posição financeira e pagar impostos. O administrador financeiro, por outro lado, enfatiza o fluxo de caixa, ou seja, entradas e saídas de caixa. Ele mantém a solvência da empresa, analisando e planejando o fluxo de caixa para satisfazer as obrigações e adquirir os ativos necessários ao cumprimento dos objetivos da empresa. O administrador adota o regime de caixa para reconhecer as receitas e despesas que efetivamente representam entradas e saídas de caixa. As atividades do Administrador Financeiro podem ser relacionadas às demonstrações financeiras básicas da empresa. Suas atividades primárias fundamentais são: realizar análises e planejamento financeiro; tomar decisões de investimento e tomar decisões de financiamento.

Segundo Gitman (2002), análise e planejamento financeiro dizem respeito à transformação dos dados financeiros, de forma que possam ser utilizados para monitorar a

situação financeira da empresa, avaliação da necessidade de se aumentar ou reduzir a capacidade produtiva e determinação de aumentos ou reduções dos financiamentos requeridos.

De acordo com Gitman (2002), as decisões de investimento do administrador financeiro determinam a combinação e o tipo de ativos constantes do balanço patrimonial da empresa. Essa atividade diz respeito ao lado esquerdo do balanço. A combinação refere-se ao montante de recursos aplicados em ativos circulantes e em ativos permanentes. Estabelecidas essas proporções, o administrador financeiro deve fixar e tentar manter certos níveis ótimos para cada tipo de ativo circulante. Essa atividade relaciona-se com o lado direito do balanço patrimonial e envolve duas áreas principais. Primeiro, a combinação mais apropriada entre financiamentos a curto e a longo prazo deve ser estabelecida. Uma segunda preocupação, igualmente importante, é que fontes individuais de financiamento, a curto ou a longo prazos, são as melhores, em um dado instante. Muitas dessas decisões são ditadas pela necessidade, mas algumas requerem uma análise aprofundada das alternativas de financiamento disponíveis, de seus custos e suas implicações a longo prazo.

Gitman (2002) afirma que a administração financeira é uma atividade orientada por objetivos. Em uma sociedade anônima, as ações do administrador financeiro relativas à análise e ao planejamento financeiro, às decisões de investimento e às decisões de financiamento, devem ser tomadas visando-se ao cumprimento dos objetivos dos acionistas da empresa, que se acredita ser sempre a maximização dos lucros.

Para Gitman (2002), para atingir o objetivo de maximização de lucros, o administrador financeiro toma apenas aquelas providências que se espera dar maior contribuição para a lucratividade total da empresa. O administrador financeiro deverá optar, dentre as alternativas consideradas, por aquela que resultar o maior retorno monetário possível. Nas Sociedades Anônimas, os lucros são usualmente medidos em termos de lucro por ação (LPA), o qual representa o montante auferido durante o período – normalmente um trimestre ou um ano – por ação ordinária emitida. O LPA é obtido pela divisão do lucro total disponível aos acionistas ordinários da empresa no período, pelo número de ações ordinárias emitidas. No entanto, a maximização do lucro é falha por várias razões: ignora a data de ocorrência dos retornos (*timing*), o fluxo de caixa disponível aos acionistas e o risco.

Hoji (2003), por sua vez, afirma que para a Administração Financeira, o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado a longo prazo, gerando lucro e caixa. Esta geração permanente de caixa e lucros faz com que as empresas possam cumprir sua função social, pagando impostos, remunerando adequadamente seus funcionários e investimentos na melhor convivência com o meio ambiente.

Conforme Gitman (2002), deve-se levar em consideração o *timing*, uma vez que é preferível que o retorno dos capitais investidos ocorra o mais cedo possível. As receitas da empresa não representam fluxo de caixa disponível aos acionistas. Os acionistas recebem retornos tanto através do pagamento de dividendos quanto pela venda de suas ações, a um valor superior ao preço de compra inicial. Um maior LPA não significa, necessariamente, que os pagamentos de dividendos aumentarão, uma vez que esta decisão depende do Conselho de Administração da empresa.

Segundo Gitman (2002), a maximização do lucro desconsidera, ainda, o risco – a possibilidade de que os resultados realizados possam ser diferentes daqueles esperados. Uma premissa básica em Administração Financeira é que há um confronto (*tradeoff*) entre retorno e risco.

“A parcela inesperada do retorno – aquela parcela que resulta de surpresas – é o verdadeiro risco de qualquer investimento”. (JAFFE, 2002)

De acordo com Jaffe (2002), o risco pode ser dividido em risco sistemático e risco específico ou não sistemático.

“Um *risco sistemático* é qualquer risco que afeta um grande número de ativos, cada um com maior ou menor intensidade”. (JAFFE, 2002)

“Um *risco não sistemático* é um risco que afeta especificamente um único ativo ou um pequeno grupo de ativos”. (JAFFE, 2002)

Conforme Gitman (2002), o verdadeiro objetivo da empresa, e por conseguinte de todos os administradores e empregados, é o de maximizar a riqueza dos acionistas. A riqueza de uma Sociedade Anônima é medida pelo preço da ação, o qual, por sua vez, baseia-se na data da ocorrência dos retornos, em sua magnitude e em seu risco.

## 2.2 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro é o grande intermediário entre as fontes de recursos financeiros e daqueles que possuem escassez de recursos financeiros. Tem o papel de aproximar estas pontas, facilitar e reduzir os custos do processo de transferência de capital. Tem papel fundamental no processo de crescimento da economia e é um dos principais agentes de fomento.

Andrezo e Lima (1999) conceituam mercado financeiro como um conjunto de instituições e instrumentos financeiros destinados a possibilitar a transferência de recursos dos ofertadores para os tomadores, criando condições de liquidez no mercado.

Segundo Martone (1985), o mercado financeiro nada mais é que um grande fundo, do qual se pode sacar, ou no qual se pode depositar recursos. É nele que se determina uma das variáveis cruciais da economia – a taxa de juros – que representa os termos em que se podem realizar transferências intertemporais de recursos. A demanda por este fundo é daqueles que pretendem antecipar seus recursos futuros para o presente. A oferta de fundos é daqueles que desejam transferir recursos para o futuro.

Conforme Hoji (2003), em uma economia, de um lado existem os que possuem poupança financeira e, de outro, os que necessitam dela. A intermediação entre estes dois opostos é possibilitada e facilitada pelo Mercado Financeiro. Subdivide, ainda, o Mercado Financeiro em quatro mercados específicos: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado de câmbio.

Para Andrezo e Lima (1999), há alguns conceitos básicos que facilitam a compreensão da importância do sistema financeiro e propiciam um melhor entendimento sobre as funções da intermediação financeira.

Segundo Andrezo e Lima (1999), investimento e poupança constituem o cerne de todo o sistema financeiro, onde se procura identificar mecanismos que possibilitem o aproveitamento dos fluxos de poupança e investimentos da forma mais eficiente possível, de modo a atingir o maior grau de satisfação das necessidades dos indivíduos.

Andrezo e Lima (1999) afirmam que no mercado financeiro existe um predomínio de bancos que centralizam a oferta e a procura de capitais e atuam como parte nesta intermediação, interpondo-se entre aqueles que dispõem de recursos e aqueles que necessitam de crédito.

### 2.3 SISTEMA BANCÁRIO

Os Bancos são os principais representantes do mercado financeiro, pois centralizam grande parte dos processos de execução na aproximação de agentes deficitários e de agentes superavitários e respondem pelo fomento da economia.

Segundo Fortuna (2004), o modelo bancário trazido ao Brasil pelo Império foi o Europeu. Entendiam-se como atividades básicas de um banco as operações de depósitos e empréstimos. Outros serviços praticamente inexistiam. Os bancos sempre guardaram, através do tempo, uma característica excessivamente nobre. Essa situação estendeu-se até a metade do século XX, quando, então, começaram as grandes transformações provocadas pelo progresso e pela euforia do pós-guerra.

Para Fortuna (2004), a partir dos anos 50, solidificaram-se as posições brasileiras, explodindo aos poucos seu potencial econômico. Propagaram-se os bancos e, com eles, os primeiros sintomas de uma debilitada capacidade empresarial para administrá-los. A reforma bancária de 1964 (Lei nº 4.595, de 31/12/1964) e a Reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728, de 14/07/1965) definiram uma política que procurava acabar com a controvérsia relativas às instituições financeira, ou seja, evolução no sentido europeu, pela qual os bancos eram as principais peças do sistema financeiro, operando em todas as modalidades de intermediação financeira, ou adoção de modelo americano, no qual predominava a especialização.

Segundo Fortuna (2004), por tais normas, o banco ficaria com o segmento de capital de giro e outras operações de curto prazo. Existindo as empresas de crédito, financiamento e investimento desde de 1959, criaram-se os bancos de investimento, em 1965, e as associações de poupança e empréstimos, em 1969. Na área oficial, já existia o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, desde de 1951, e o BNDES, desde 1952. Em 1964, foi criado o BNH. Recentemente a criação da Caixa Econômica Federal absorveu o BNCC e o BNH.

Conforme Fortuna (2004), dificilmente se poderá identificar uma data da qual os bancos passaram a exercer as funções de grandes prestadores de serviços. Procurando sempre um maior número de clientes, os bancos passaram a oferecer serviços mais rápidos e sofisticados, que, com o tempo, acabaram se tornando rotina. Essa agilização beneficiou sobremaneira os correntistas.

## 2.4 MERCADO INTERBANCÁRIO

O mercado interbancário tem sua importância por ser um dos principais responsáveis pelos parâmetros de precificação do custo do dinheiro e de manter a liquidez do sistema bancário.

Segundo Fortuna (2004), o sistema financeiro tem, hoje, como único instrumento capaz de introduzir suas expectativas o mercado interbancário de reais. Neste segmento o Banco Central não tem acesso, pois faz intervenção usando *dealers*. Nele, os preços estão livres da intervenção e, portanto, de balizamentos oficiais. Este mercado é privativo dos bancos e dos *brokers*, que fazem a ponte entre compradores e vendedores de dinheiro com lastro em títulos privados.

Fortuna (2004) afirma que este mercado não está imune, contudo, às influências sazonais do fluxo de recursos mantidos entre o sistema bancário e o Governo.

Segundo Fortuna (2004), normalmente o custo do dinheiro de um dia negociado no mercado interbancário (DI) é muito próximo do custo de troca das reservas bancárias disponíveis lastreadas em títulos federais que ocorrem no mercado aberto (Selic), podendo, inclusive, ser uma referência para o custo do Selic no dia seguinte.

Fortuna (2004) ainda previne que eventualmente, pode haver distorções entre esses dois custos por causa de impactos mais fortes dos recolhimentos bancários sobre a disponibilidade de moeda na economia que levem os bancos a uma procura maior por moeda.

### 2.4.1 Certificado de Depósito Interbancário – CDI

O CDI tem função importante no mercado interbancário por dar agilidade, liquidez e segurança ao mercado financeiro.

Segundo Fortuna (2004), antes da criação do CDI, as instituições financeiras monetárias e não monetárias disputavam no mercado os recursos disponíveis para captação.

Fortuna (2004) afirma que devido à volatilidade das taxas dos diferentes papéis em mercado, os recursos financeiros disponíveis procuravam as melhores aplicações, quer fossem em CDB (certificados de depósitos bancários), LC (letra de câmbio) ou LI (letras imobiliárias). Naturalmente, existiria, em diferentes momentos, perdas para uns e ganhos para outros.

De forma a garantir uma distribuição de recursos que atendesse ao fluxo de recursos demandados pelas Instituições, foi criado, conforme Fortuna (2004), em meados da década de 80, o CDI. Os certificados de depósitos interbancários são títulos de emissão das Instituições Financeiras monetárias e não monetárias, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra. Em outras palavras, para que o sistema seja mais fluido, a instituição financeira que tiver caixa superavitário empresta para a que tiver caixa deficitário.

## 2.5 VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO

### 2.5.1 Juros

O juro se trata da principal remuneração de capital.

Segundo Yoshitake e Hoji (1997), os proprietários de capital que não desejam efetuar consumo imediato, precisam ser recompensados de alguma forma pela sua disponibilidade. Essa recompensa é feita através do pagamento de juros.

A taxa de juros é determinada no mercado financeiro, basicamente, em função da oferta e procura dos recursos financeiros, podendo, ainda, sofrer variação pelo risco de cada tomador e do prazo da operação.



Em qualquer operação de aplicação financeira ou empréstimo, são contratados no ato da entrega do capital, o prazo da operação, e a forma de amortização desse capital, bem como taxa e o período de capitalização dos juros.

Yoshitake e Hoji (1997), definem capital como o correspondente ao dinheiro que o seu proprietário empresta ao tomador. Definem prazo da operação financeira como o espaço de tempo fica cedido e taxa de juros como percentual que se aplica ao capital para determinar o valor de juros.

### **2.5.2 Taxa de Juros Real**

A taxa de juros real leva em consideração a inflação do período apurado.

Segundo Yoshitake e Hoji (1997), está embutido na taxa de juros uma expectativa inflacionária em nível suficiente para que o capital resgatado no final da aplicação tenha o mesmo poder aquisitivo do dia da aplicação e ainda garanta um ganho real.

## **2.6 FLUXO DE CAIXA**

É a principal ferramenta de controle de disponibilidades financeiras.

Yoshitake e Hoji (1997), definem fluxo de caixa como esquema que representa os benefícios e dispêndios de caixa ao longo do tempo. Nas operações financeiras existem entradas e saídas de recursos. Um empréstimo implica receber recursos inicialmente e depois devolvê-lo e uma aplicação financeira implica desembolsar inicialmente o valor e recebê-lo após algum tempo. Estas inúmeras possibilidades de entradas e saídas de recursos definem em determinados momentos a situação superavitária ou deficitária de uma organização.

## **2.7 TAXA INTERNA DE RETORNO**

A taxa mínima de atratividade que o valor investido deverá proporcionar para que o investimento seja interessante é conhecida, conforme Yoshitake e Hoji (1997), sob diversas denominações: taxa mínima de juros, taxa de expectativa, entre outras. Já a TIR (taxa interna de retorno) é uma taxa de juros implícita numa série de pagamentos e recebimentos.

## 2.8 GESTÃO DE TESOURARIA

De acordo com Yoshitake e Hoji (1997), em termos simplistas, a gestão da tesouraria consiste no conjunto de medidas, instrumentos e técnicas que visam assegurar que a empresa disponha, em diversos momentos, de recursos financeiros suficientes para satisfazer os seus compromissos de curto prazo. A necessidade de uma gestão de tesouraria cuidada e rigorosa advém de dois aspectos fundamentais:

- as despesas e as receitas das empresas tendem a ocorrer em momentos distintos.
- em muitos negócios não existe uma coincidência temporal entre o momento da concretização da compra/venda e o do respectivo pagamento/recebimento.
- Por estes dois motivos pode acontecer que uma empresa lucrativa, aparentemente viável a médio e longo prazo, possa ter dificuldade em saldar as suas dívidas de curto prazo.

## 2.9 DERIVATIVOS

### 2.9.1 Swap

Trata-se de um produto bancário classificado como arrojado e de alta complexidade. As operações de swap devem ser contratadas com o objetivo específico de hedge, não sendo

indicado o uso para alavancagem ou investimento, pois exige conhecimento das regras, moedas, índices e taxas praticadas no mercado. Necessário ter conhecimento da legislação em vigor e dos termos utilizados pelo mercado.

A operação de swap é um derivativo que consiste na troca de taxas ou índices aplicados distintamente, sobre um mesmo valor inicial (valor nominal), onde cada parte fica ativa em um ou mais índice ou taxas e passiva no outro, compensando-se os valores monetários, para liquidação em determinada data futura. Podendo ser com caixa ou sem caixa.

No Swap com Caixa existe a entrega do valor nominal que será aplicado em CDB vinculado à operação de Swap. Poderá ser à vista ou a termo. Swap à vista é a troca de resultados financeiros com início imediato. No Swap a termo a troca de resultados financeiros tem início em data posterior. Para as modalidades a termo, a data inicial de acumulação das curvas é posterior à data da operação.

No Swap sem Caixa não existe a entrega do valor nominal, existindo apenas a troca de resultados financeiros. Também poderá ser à vista ou a termo.

As operações de Swap podem englobar as seguintes taxas e moedas:

- PRÉx DI - Troca da taxa prefixada por um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período;
- PRÉx TMS - Troca da taxa prefixada por um percentual da taxa média diária das operações com títulos públicos, registradas no Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado no período;
- PRÉx DAR + JUROS (SEM CAIXA) - Troca da taxa prefixada pelo índice correspondente à variação do preço de venda do dólar norte-americano, no período de vigência da operação, mais juros;
- DI X DAR + JUROS (SEM CAIXA) - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período, pelo índice correspondente à variação do preço de venda do dólar norte-americano mais juros, no período de vigência da operação;

- PRÉX DAR + JUROS (COM CAIXA) - Troca da taxa prefixada pelo índice correspondente à variação do preço de venda do dólar norte-americano, no período de vigência da operação, mais juros;
- PRX TR + JUROS ou TR + JUROS X PR(SEM CAIXA) - Troca da taxa prefixada pela Taxa Referencial - TR do período de vigência da operação, mais juros, ou vice-versa;
- DI X TR + JUROS ou TR + JUROS X DI (SEM CAIXA) - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período, pela Taxa Referencial - TR do período de vigência da operação, mais juros, ou vice-versa;
- DI X DAR + JUROS (A TERMO) - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período, pelo índice correspondente à variação do preço de venda do dólar norte-americano mais juros, no período de vigência da operação;
- DAR + JUROS X DI (A TERMO) - Troca do índice correspondente à variação do preço de venda do dólar norte-americano mais juros pelo percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI), no período de vigência da operação;
- DI X PR(A TERMO) - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia acumulado no período pela taxa prefixada;
- PRX DI (A TERMO) - Troca da taxa prefixada por um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período;
- DI X EURO + JUROS - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período, pelo índice correspondente à variação do preço de venda do euro mais juros, no período de vigência da operação;
- EURO + JUROS X DI - Troca do índice correspondente à variação do preço venda do euro mais juros pelo percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI), no período de vigência da operação;

- PRX EURO + JUROS - Troca da taxa prefixada pelo índice correspondente à variação do preço de venda do euro mais juros, no período de vigência da operação;
- EURO + JUROS X PR- Troca da variação do preço de venda do euro, no período de vigência da operação, mais juros pela taxa prefixada;
- DI X EURO + JUROS (A TERMO) - Troca de um percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, acumulado no período, pelo índice correspondente à variação do preço de venda do euro mais juros, no período de vigência da operação;
- EURO + JUROS X DI (A TERMO) - Troca do índice correspondente à variação do preço de venda do euro mais juros pelo percentual da taxa média de remuneração dos depósitos interfinanceiros (DI), no período de vigência da operação;
- PRX EURO + JUROS (A TERMO) - Troca da taxa prefixada pelo índice correspondente à variação do preço de venda do euro, no período de vigência da operação, mais juros;
- EURO + JUROS X PR(A TERMO) - Troca do preço de venda do euro, no período de vigência da operação, mais juros pela taxa prefixada.

As operações de Swap são registradas na Cetip S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ou em outro sistema autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na Liquidação o contratante é creditado ou debitado pelo valor líquido da operação de Swap, no dia seguinte ao vencimento, com data de balancete igual ao dia do vencimento.

Tributação:

imposto de renda: os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação (diferencial) da operação de Swap e os rendimentos relativos ao CDB vinculado à operação de Swap, em caso de resultado positivo da operação de Swap, sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte, líquido de IOF, às alíquotas abaixo, conforme o prazo:

- 22,5% - aplicações de até 180 dias;
- 20% - aplicações de 181 dias até 360 dias;

- 17,5% - aplicações de 361 dias até 720 dias;
- 15% - aplicações acima de 720 dias.

os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação (diferencial) da operação de Swap não sofrem incidência do IOF (alíquota zero);

### **2.9.2 Swap de Fluxo de Caixa**

Trata-se de um produto bancário classificado como arrojado e de alta complexidade. As operações de swap de fluxo de caixa devem ser contratadas com o objetivo específico de hedge, não sendo indicado o uso para alavancagem ou investimento, pois exige conhecimento das regras, moedas, índices e taxas praticadas no mercado. Necessário ter conhecimento da legislação em vigor e dos termos utilizados pelo mercado.

O Swap de Fluxo de Caixa é um contrato onde as contrapartes trocam, em determinado período de tempo, diferenciais de pagamentos, de juros, e ao fim do contrato, ou periodicamente, podem trocar também, diferenciais de principal.

O Swap de Fluxo de Caixa pode ser registrado nas modalidades à vista, onde a data início é igual à data atual; decorrido, onde a data início é menor que a data atual; e a termo: onde a data de início é maior que a data atual.

As operações são registradas na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No registro é definido o Valor Base (nocional), as curvas de atualização e seus parâmetros, bem como as datas para a troca de diferenciais de juros/amortizações. Admitem-se contratos em que ocorra somente troca de diferenciais de juros, sem troca de diferenciais de amortizações, ou com estas ocorrendo apenas no vencimento do contrato (amortização final).

A liquidação é feita pelo resultado financeiro referente à operação de swap de fluxo de caixa que é creditado ou debitado para o contratante.

Imposto de renda: os rendimentos auferidos no resgate da operação estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, líquido de IOF, às alíquotas abaixo, conforme o prazo:

- 22,5% - aplicações de até 180 dias;
- 20,0% - aplicações de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - aplicações de 361 dias até 720 dias;
- 15,0% - aplicações acima de 720 dias.

Os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação da operação de swap não sofrem incidência do IOF (alíquota zero).

### **2.9.3 Opções Flexíveis Cetip**

Trata-se de um produto bancário classificado como conservador ou agressivo e de alta complexidade. As operações de opções flexíveis devem ser contratadas com o objetivo específico de hedge, não sendo indicado o uso para alavancagem ou investimento, pois exige conhecimento das regras, moedas, índices e taxas praticadas no mercado. Necessário ter conhecimento da legislação em vigor e dos termos utilizados pelo mercado.

É um contrato que concede ao seu detentor (titular) o direito de comprar (*call*) ou vender (*put*) o dólar norte-americano, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício ou *strike*), em qualquer data até o vencimento (tipo americana) ou no vencimento (tipo européia).

Opção de compra (*call*) cliente lançador ou titular - direito outorgado ao titular de uma opção de, se o desejar, adquirir do lançador uma quantidade de dólares, por um preço previamente estipulado, na data de vencimento da opção (opção do tipo européia), ou a partir do dia útil subsequente à contratação até a data de vencimento (opção do tipo americana);

Opção de venda (*put*) cliente lançador ou titular - direito outorgado ao titular de uma opção de, se o desejar, vender ao lançador uma quantidade de dólares, por um preço previamente estipulado, na data de vencimento da opção (opção do tipo européia), ou a partir do dia útil subsequente à contratação até a data de vencimento (opção do tipo americana).

As operações são registradas na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Na liquidação o resultado financeiro é creditado ou debitado na conta corrente do contratante, na data do vencimento, pelo valor líquido da operação.

As operações de Opções de Moeda estão sujeitas à incidência de imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% sobre o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia, sem prejuízo da responsabilidade do cliente no recolhimento do imposto de renda à alíquota vigente. O valor do imposto retido na fonte pode ser deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês, compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes compensado na declaração de ajuste anual se, após a dedução de que tratam os incisos I e II, houver saldo de imposto retido, compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação da operação de Opções Flexíveis não sofrem incidência de IOF (alíquota zero).

#### **2.9.4 Termo de Moeda (NDF – *Non Deliverable Forward*)**

Trata-se de um produto bancário classificado como moderado e de alta complexidade. As operações de termo de moedas devem ser contratadas com o objetivo específico de hedge, não sendo indicado o uso para alavancagem ou investimento, pois exige conhecimento das regras, moedas, índices e taxas praticadas no mercado. Necessário ter conhecimento da legislação em vigor e dos termos utilizados pelo mercado.

O contrato de Termo de Moeda (*Non Deliverable Forward* - NDF), registrado na Cetip (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos), consiste na venda ou compra da taxa de câmbio a termo, sem entrega física, para liquidação na data de vencimento.

A operação de Termo de Moeda pode ser realizada nas seguintes modalidades:  
o Banco assume a obrigação de vender a moeda objeto de negociação pelo preço acordado; ou



o Banco assume a obrigação de comprar a moeda objeto de negociação pelo preço acordado.

Pode haver troca das seguintes moedas: dólar dos EUA, euro, iene e libra.

Na liquidação o contratante é creditado ou debitado, na conta-corrente, pelo valor líquido da operação de Termo de Moeda, na data do vencimento.

O resultado positivo auferido nas operações de Termo de Moeda está sujeito à alíquota de 15%. Sem prejuízo da responsabilidade do contratante no recolhimento do imposto de renda à alíquota vigente, incide imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%, sobre o resultado positivo auferido na operação. O valor do imposto retido na fonte a que se refere este artigo pode ser deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês; compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; compensado na declaração de ajuste anual se, após a dedução de que tratam os incisos I e II, houver saldo de imposto retido e compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Base Legal da operação são a Lei 11.033/2004 e a Instrução Normativa 1022/2010.

Os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação da operação de Termo de Moeda não sofrem incidência de IOF (alíquota zero).

### **2.9.5 Termo de Mercadorias**

Trata-se de um produto bancário classificado como moderado e de alta complexidade. As operações de termo de mercadorias devem ser contratadas com o objetivo específico de hedge, não sendo indicado o uso para alavancagem ou investimento, pois exige conhecimento das regras, moedas, índices e taxas praticadas no mercado. Necessário ter conhecimento da legislação em vigor e dos termos utilizados pelo mercado.

O contrato de Termo de Mercadorias, registrado na Cetip (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos), consiste na venda ou compra de mercadorias a termo, sem entrega física, referenciadas em preços praticados no mercado futuro de bolsas nacionais e internacionais, para liquidação na data de vencimento negociada.

A operação de Termo de Mercadorias pode ser realizada nas modalidades em que o Banco assume a obrigação de vender a mercadoria objeto de negociação pelo preço acordado; ou o Banco assume a obrigação de comprar a mercadoria objeto de negociação pelo preço acordado.

Pode haver negociação de qualquer ativo classificado como *commodities*, como café, soja, boi, milho, petróleo (WTI em Nova Iorque e Brent em Londres), açúcar, etanol, etc.

O contratante é creditado ou debitado, na conta-corrente, pelo valor líquido da operação de Termo de Mercadorias, na data do vencimento ou na recompra antecipada, apurada da seguinte forma: Valor de Liquidação: Preço a Termo x Quantidade Contratada - (Preço de Ajuste D-1 x Quantidade Contratada x PTAX D-1).

O resultado positivo auferido nas operações de Termo de Mercadorias está sujeito à alíquota de 15%. Sem prejuízo da responsabilidade do cliente no recolhimento do imposto de renda à alíquota vigente, incide imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%, sobre o resultado positivo auferido na operação. O valor do imposto retido na fonte a que se refere este artigo pode ser deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês; compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subseqüentes; compensado na declaração de ajuste anual se, após a dedução de que tratam os incisos I e II, houver saldo de imposto retido e; compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Base Legal: Lei 11.033/2004 e Instrução Normativa 1022/2010.

Os ganhos líquidos referentes ao valor de liquidação da operação de Termo de Mercadorias não sofrem incidência de IOF (alíquota zero).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Gil (1999) afirma que a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos e se destaca por sua característica fundamental de verificabilidade.

Gil (1999) ainda define método como caminho para se chegar a determinado fim e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Segundo Ruiz (2002), pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas de metodologia aceitas pelas autoridades científicas. É o método como se aborda um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.

Conforme Gil (1999), a pesquisa documental é desenvolvida a partir de material já elaborado, porém que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme o objetivo da pesquisa. As fontes documentais se dividem em documentos de primeira mão, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações. E documentos de segunda mão, como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

#### 3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Neste trabalho foram utilizados balanços de empresas do setor do refino do petróleo e página na *Internet* das empresas analisadas.

Os dados levantados são referentes ao mês de Dezembro de 2010 e são referentes ao demonstrativos contábeis e financeiros das empresas objeto das pesquisas.

Segundo Gil (1999), a amostragem por tipicidade ou intencional se constitui como um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

### 3.3 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados levantados foram analisados de forma qualitativa.

Após ter os dados plotados e apresentados no presente trabalho acadêmico, os mesmos foram analisados de forma a se concluir, com relativa certeza, se as empresas estão operando de forma dinâmica, otimizada, líquida e rentável.

A pesquisa limita-se a demonstrar a análise fria considerando-se que a mesma está sendo feita posteriormente a obtenção do resultado final e as considerações foram feitas como se aplicado as ferramentas de hedge mais eficientes e mais vantajosa, no entanto não é capaz de prover convicção de que o modelo é o mais ideal para todas as empresas e em situações futuras, sendo necessário pesquisa complementar para garantir que seja desenvolvido modelo de contratação de hedge eficiente.

## 4 RESULTADOS

Foram analisadas as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010 de duas Refinarias de Petróleo, a Alberto Pasqualini – REFAP S.A. e a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., a fim de identificar a estratégia utilizada por essas empresas para se protegerem de oscilações de variáveis mercadológicas, notadamente a cotação do Brent e da moeda norte-americana.

Nos relatórios de ambas as empresas, mais especificamente nas notas explicativas referentes aos riscos em que estão expostas, pode-se notar que o conselho de administração admite a existência de riscos inerentes à atividade de refino de petróleo. Entre outros, foram apontados nos demonstrativos o risco na oscilação da cotação do preço do petróleo e da variação cambial.

Seguem as notas explicativas da REFAP relativas aos riscos a que está exposta: “O Risco de Mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio e a oscilação do Brent no Mercado Internacional. Como uma parcela das aquisições de petróleo da Refinaria é originada através de importação, cujas vendas são destinadas em parte, também, à exportação, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique, para tal, uma gestão ativa de sua dívida monitorando sua exposição cambial. O Conselho de Administração da Companhia revogou, em 2010, a Política de Proteção Cambial até então vigente e aprovou uma nova Sistemática para Acompanhamento e Gestão da Exposição Cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida, de modo a proporcionar um hedge natural. Para tanto, a Companhia quantifica o percentual da sua Receita Operacional que acompanha, aproximadamente, as variações da taxa de câmbio, buscando o equilíbrio nos desembolsos de caixa atrelados à respectiva moeda, dentro de uma determinada faixa de referência. Simultaneamente, visando à identificação de possíveis situações de desequilíbrio que possam ocasionar efeitos extremos no resultado, acompanha-se o perfil da dívida indexada ao Real e a outras moedas, a estrutura entre curto e longo prazo e a composição da dívida financeira e total. Em suma, almeja-se a diminuição da volatilidade do mercado no resultado da Companhia, atendendo ao critério de menor custo. O resultado da Companhia está diretamente associado ao

negócio de refino de petróleo e venda e seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos é vendida no mercado local e o restante exportado. O petróleo cru é a matéria-prima principal da companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional do Brent, cotados em dólar. Em relação ao mercado local, a Companhia procura repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo, de maneira a não comprometer o financiamento do seu fluxo de caixa e de seus projetos de investimento. Nossas vendas destinadas ao exterior estão expostas às cotações internacionais de derivados de petróleo.”

Por sua vez, a Refinaria de Petróleo Riograndense faz os seguintes comentários em suas notas explicativas: “o risco de mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como grande parte das aquisições de petróleo da companhia é originada através de importação, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a companhia aplique, para tal, uma gestão ativa de sua dívida monitorando sua exposição cambial. A companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. Os principais montantes dos empréstimos bancários da companhia em dólar norte americano são protegidos utilizando contratos futuros que vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a companhia garante que sua exposição líquida é mantida em nível baixo. O resultado da companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. Todos os seus produtos são vendidos no mercado local. O petróleo cru é a matéria-prima principal da companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional do barril do petróleo cotado em dólar. A companhia procura repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo, de maneira a não comprometer o financiamento do seu fluxo de caixa e de seus projetos de investimento.”

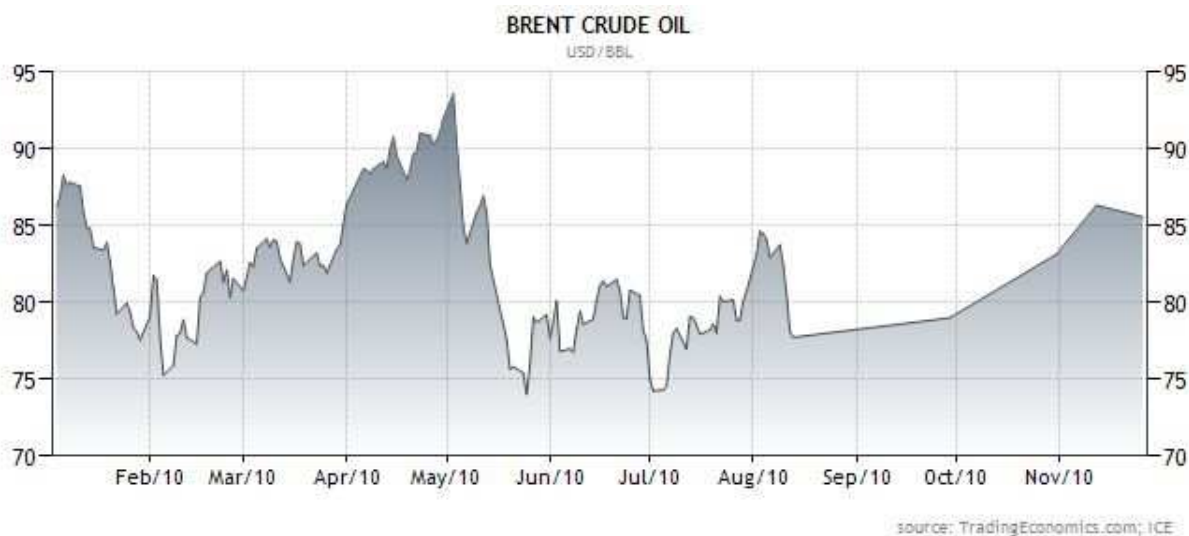
Como pode ser visto, a estratégia de proteção contra variações no dólar e no petróleo são distintas nas duas empresas.

A REFAP em 2010 deixou de se utilizar de instrumentos derivativos para mitigar risco cambial e passou a utilizar sua capacidade de hedge natural fazendo gestão sobre a moeda de seu endividamento. Com relação ao Petróleo, não faz qualquer tipo de intervenção ativa para se proteger das oscilações dos preços.

A Refinaria de Petróleo Riograndense em 2010 também não fez gestão ativa para proteção da volatilidade nos preços do petróleo. Quanto ao dólar, a empresa não exporta e por isso não pode seguir o exemplo da REFAP e se utilizar de sua capacidade de hedge natural, dessa forma, se protege das oscilações cambiais através de NDF (non deliverable forward), como pode ser constado na nota explicativa 17, Instrumentos Financeiros, do seu relatório contábil, o qual segue: “A companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Um dos instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF – Non Deliverable Forward).”

Outras informações que foram coletadas e que são imprescindíveis para formação de arcabouço suficiente para se encontrar as respostas levantadas pelo presente trabalho foram: histórico do preço spot do petróleo tipo Brent, cotado em dólar na Bolsa de Londres; histórico de cotação de contratos futuros de Brent na Bolsa de Londres; histórico da cotação spot do dólar estadunidense e posição em janeiro de 2010 do preço dos contratos futuros de dólar.

Abaixo segue o gráfico da evolução do preço do petróleo tipo Brent cotado na bolsa de Londres:



**Figura 1 – Curva do preço do Brent em 2010**

Como pode ser visto no gráfico acima, o preço do barril de petróleo cru do tipo Brent, como é denominado o óleo extraído dos mares do Norte, iniciou 2010 em cotação muito próxima ao fim do mesmo ano, no entanto, durante o ano teve variações no preço que foram de menos de US\$ 75 o barril até cerca de US\$ 94 o barril, uma variação de mais de 25%. Considerando que no período de 2010 a ANP manteve o preço da gasolina e do diesel, dois principais produtos derivados do petróleo, praticamente constante, pode-se imaginar o que variações de 25% no custo da matéria-prima pode representar no resultado final de uma refinaria de petróleo.

Abaixo segue gráfico com a evolução dos preços dos contratos futuros de petróleo cru do tipo Brent cotados na bolsa de Londres.



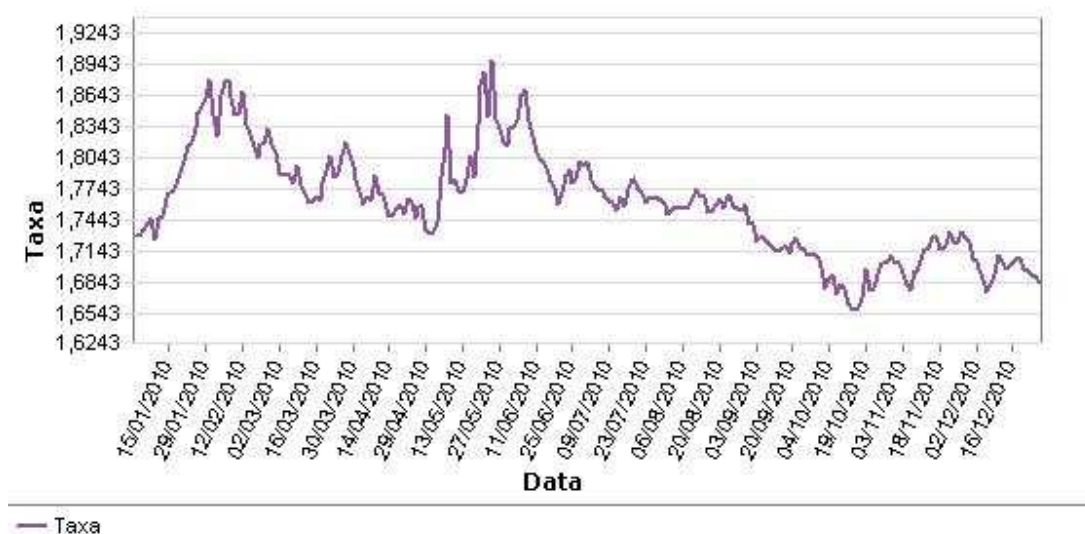


**Figura 2 – Curva do preço do contrato futuro de Brent em 2010**

No gráfico acima, pode-se perceber que através da compra de contratos futuros de petróleo uma refinaria de petróleo poderia se proteger de grandes variações fazendo preço médio, ou garantindo a compra antecipada quando o preço do barril está abaixo do *break even point*.

As refinarias não divulgam qual o valor do petróleo máximo que viabiliza a operação com lucro, no entanto, para fins didáticos, assumi-se que seja por volta de US\$ 85. Dessa forma se uma refinaria trabalhar com a aquisição de petróleo com até 90 dias de antecipação, pode-se imaginar que sempre que o petróleo estiver abaixo de US\$ 85 a empresa fará as compras de petróleo para os próximos 3 meses. Considerando o gráfico acima, a empresa teve uma grande janela de oportunidade durante o mês de Fevereiro de 2010 para comprar toda sua matéria-prima para os próximos 3 meses com preços abaixo de US\$ 85. Em Maio do mesmo ano, a empresa teve outra grande janela de oportunidade para garantir preços de suas compras de petróleo abaixo de seu *break even point*.

Como o Brent é cotado em dólar e a gasolina comercializada no Brasil não possui correlação com a moeda estadunidense, é de extrema importância que se olhe a evolução dessa moeda durante o ano de 2010, dessa forma, segue abaixo gráfico com as cotações do dólar estadunidense naquele ano.



**Figura 3 – Curva da cotação em R\$ da moeda estadunidense em 2010**

Pode-se perceber pelo gráfico acima que ao comparar a cotação de fechamento da moeda no ano 2010, a mesma teve uma leve redução na cotação em relação a cotação que a mesma iniciou o mesmo ano. No entanto, a moeda teve oscilações que foram desde R\$ 1,90 até sua menor cotação que foi de R\$ 1,65, uma variação de mais de 15%. Mais uma vez, para uma empresa que não tem ingerência sobre o preço final de seus produtos, uma variação de 15% na cotação da moeda em que sua principal matéria-prima é transacionada pode se traduzir em lucro ou prejuízo na última linha.

Pensando na consideração acima, seria muito interessante para uma empresa poder prever ou se proteger de possíveis variações bruscas na moeda. Assim, abaixo segue os contratos de dólar futuro que estavam disponíveis em 04 de janeiro de 2010.

➤ DÓLAR COMERCIAL (contrato = US\$50.000,00; cotação = R\$/US\$1.000,00) atualizado em: 04/01/2010

MERCADO FUTURO										
Dados	Vol. ▾	Dados ▾								
VENCTO		PREÇO ABERT.	PREÇO MÍN.	PREÇO MÁX.	PREÇO MÉD.	ÚLT. PREÇO	AJUSTE	VAR. PTOS.	ÚLT. OF. COMPRA	ÚLT. OF. VENDA
F10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.741,2000	0,0000	0,000	0,000
G10		1.740,000	1.727,000	1.744,000	1.734,082	1.730,000	1.730,6510	22,9280-	1.729,000	1.730,000
H10		1.740,000	1.740,000	1.740,000	1.740,000	1.740,000	1.739,9380	23,1120-	1.735,000	1.740,000
J10		1.760,000	1.760,000	1.760,000	1.760,000	1.760,000	1.751,6940	23,4730-	0,000	0,000
K10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.762,0180	24,2450-	0,000	0,000
M10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.773,6380	24,3480-	0,000	0,000
N10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.785,3330	24,4590-	0,000	0,000
Q10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.798,5950	24,4350-	0,000	0,000
U10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.811,9520	24,4070-	0,000	0,000
V10		1.824,000	1.824,000	1.824,000	1.824,000	1.824,000	1.824,7960	24,3850-	0,000	0,000
X10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.837,5970	24,1980-	0,000	0,000
Z10		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.850,4860	24,0010-	0,000	0,000
F11		1.869,000	1.869,000	1.869,000	1.869,000	1.869,000	1.865,4200	23,7650-	0,000	0,000

**Figura 4 – Preços de contratos futuros de dólar em 04/01/2010**

Na tabela acima é possível se verificar a cotação dos contratos futuros de moeda disponíveis para compra em 04/01/2010. Considerando-se que as compras de petróleo foram feitas com 3 meses de antecedência, seria muito interessante se a empresa trava-se o preço do dólar também para o período. Os contratos G10, H10 e J10 são de dólar futuro para os meses de fevereiro, março e abril, respectivamente e todos estavam cotados entre R\$ 1,74 e R\$ 1,76, o que na média seria bem melhor do que a empresa comprar os dólares no mercado spot, correndo o risco de ter que comprar a moeda por até R\$ 1,86 se for obrigada a pagar uma importação de petróleo exatamente naquele período onde a moeda alcançou seu pico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após coletar dados dos balanços das Refinarias Riograndense e Alberto Pasqualini e, ainda, obter informações do mercado de câmbio e de petróleo pode-se perceber que, independente da política de proteção de risco mercadológicos de cada empresa, que aqui não se pretende julgar como acertada ou não, as empresas poderiam ter melhorado a previsibilidade de seus negócios através do uso intensivo de ferramentas de derivativos.

No caso da Refinaria Riograndense que não possui exportações, os riscos mercadológicos são amenizados pelo uso de operações de NDF para definir a cotação do dólar em suas aquisições de petróleo a prazo e na contratação de operações de financiamento a importação, também utilizada para aquisição da matéria-prima. No entanto, se mantinha exposta durante todo o ano de 2010 a oscilação do barril de petróleo pela evolução da cotação no Brent na bolsa londrina. Como foi explorado no capítulo resultados, a empresa teve inúmeras oportunidades durante todo aquele ano para aquisição de contratos futuros do Brent com preço abaixo de seu break even point.

Vale ressaltar, no entanto, que o mercado de commodities na bolsa de Londres é pouco explorado e conhecido no Brasil e seu acesso não é simples, necessitando que a empresa tenha uma instituição financeira que faça a intermediação com uma corretora habilitada a operar na bolsa de Londres. Isso muitas vezes requer dedicação, estruturação de uma área dentro da empresa especializada e tudo isso se refletem em custos adicionais.

Já a REFAP, por decisão de seu conselho conforme nota explicativa em sua demonstração financeira de 2010, não se utiliza de derivativos, tratando da questão cambial através da otimização de sua capacidade de hedge natural, ou seja, comprando a vista e se financiando em Reais a parcela de importação que não possui contrapartida com exportações. Já sua exposição à variação do Brent é irrisória quando comparada aos ativos em dólar do grupo quando da consolidação de seus balanços no grupo Petrobras.

Ficou bastante claro que as empresa possuem grande preocupação com o tema, no entanto, por razões de limitação no mercado brasileiro de derivativos ou por decisões conservadoras das empresas, estas ferramentas são pouco exploradas e é perceptível a capacidade que estas ferramentas têm de fazer com que a empresa aumente a previsibilidade dos resultados

de sua operação e faça com que deixem de preocupar tanto com as oscilações de mercado e foquem em seu *core business*.

Não há dúvidas que os derivativos podem e devem ser cada vez mais utilizados pelas empresas para neutralizar as diferenças de indexadores, moedas e taxas de juros entre seus ativos e seus passivos. O mercado de derivativos está cada dia mais aperfeiçoado e abrangente, além disso, a presença de especuladores em busca de ganhos financeiros torna este mercado extremamente líquido e confiável, sem risco de arbitragens.

## REFERÊNCIAS

ANDREZO, Andre Fernandes e LIMA, Iran Siqueira. **Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: editora Pioneira, 1999.

CAVALCANTI, Francisco e MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de Capitais**. 6ª edição. Rio de Janeiro: editora Campus, 2002.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: Uma abordagem prática**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª edição. São Paulo: editora Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª edição. São Paulo: editora Harbra, 2002.

JAFFE, Ross Westerfield. **Administração Financeira: corporate finance**. 2ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2002.

MARTONE, Celso Luiz; LUQUE, Carlos Antonio e LOPES, Luiz Martins. **Mercado Financeiro e ajustamento macroeconômico brasileiro: 1978-1985**.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: editora Pioneira, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2002.

YOSHITAKE, Mariano e HOJI, Masakazu. **Gestão de Tesouraria: Controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: editora Atlas, 1997.

Instruções Normativas da Comissão de Valores Mobiliários números 409 e 411.

ANEXO A – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA EMPRESA ALBERTO PASQUALINI –  
REFAP S.A.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2010

**REFAP**  
Alberto Pasqualini - Refap S/A

**BR** PETROBRAS

## SENHORES ACIONISTAS,

Norteados por nossos valores de Ética e Transparência, apresentamos para apreciação de Vossas Senhorias o Relatório dos resultados das atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 da Alberto Pasqualini – Refap S.A., acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

### 1. DESTAQUES

Em 2010, a Downstream Participações Ltda., empresa subsidiária integral da Petrobras que detinha 70% da participação acionária da Refap, adquiriu os 30% restantes, que pertenciam à Repsol YPF Peru BV, consolidando a Refap como uma empresa de capital 100% Petrobras. Esta mudança possibilitará ganhos de logística e otimização do processamento de petróleo nacional e produção de derivados, além da execução dos investimentos programados para produção de Diesel com baixo teor de enxofre, em atendimento à legislação vigente, até então não aprovados pela Repsol, utilizando-se de cláusula do Acordo de Acionistas.

Fomos considerados a Melhor Empresa do Setor de Química e Petroquímica no país, na 37ª edição de Melhores e Maiores da Revista Exame.

Neste período, alteramos nossa política de proteção cambial, reestruturando o tamanho de nossa dívida em moeda estrangeira para valores semelhantes às receitas cuja variação acompanha as mudanças cambiais. Neste contexto, destacam-se a captação de R\$ 900 milhões de Notas de Crédito de Exportação (NCEs), entre os quais R\$ 600 milhões ainda contribuíram para o alongamento da dívida. Também contratamos US\$ 1,527 bilhões em Financiamentos de Importação (FINIMPs), viabilizando a aquisição de matéria-prima estrangeira.

Na área técnica, o maior destaque foi a realização da mais complexa Parada Programada de Manutenção da história da Refap, envolvendo a Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido de Resíduo – URFCC (U-300), a Unidade de Destilação (U-50) e tochas. Este investimento colabora com o aumento da confiabilidade e da segurança em nossas operações.

Na área de Segurança, conquistamos o recorde histórico de 628 dias sem acidentes com afastamento. No total do ano, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento foi de 0,36.

## 2. A EMPRESA

### 2.1. Perfil

A Alberto Pasqualini – Refap S.A. é uma empresa do Sistema Petrobras que atua no negócio de Energia. Situada no município de Canoas (RS), começou a operar em 1968, como uma unidade de operações da Petrobras, chamada de Refinaria Alberto Pasqualini. Em 2001, constituiu-se como uma Sociedade Anônima, com composição acionária formada por capital da Petrobras, através da subsidiária Downstream (70% das ações), e da Repsol (30% das ações). A constituição da Companhia foi articulada com o projeto de ampliação e modernização tecnológica da planta industrial, concluído em 2006, que aumentou a capacidade de produção de 20 mil para 30 mil m<sup>3</sup>/dia e triplicou a complexidade operacional, possibilitando o processamento de petróleos mais pesados. Em 2010, Refap obteve a licença da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para processar 32 mil m<sup>3</sup>/dia.

Em 2010, a Downstream Participações adquiriu os 30% de participação da Repsol, consolidando a Refap como uma empresa de capital 100% Petrobras, possibilitando ganhos de logística e otimização do processamento de petróleo nacional e produção de derivados, além da execução dos investimentos programados para produção de Diesel com baixo teor de enxofre, em atendimento à legislação vigente.

Nossa Missão é: "Fornecer produtos e serviços da indústria do refino do petróleo e de energia, atuando de forma rentável e com responsabilidade socioambiental". O foco atual é a maximização da produção de Óleo Diesel, principal combustível do transporte rodoviário e ferroviário no país. O volume de Diesel corresponde a aproximadamente metade de toda nossa produção. Outros derivados importantes são a Gasolina, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Querosene de Aviação (QAV-1) e Solventes, além de matérias-primas para a indústria petroquímica, como Nafta Petroquímica e Propeno. Atendemos ao mercado do Rio Grande do Sul e de parte de Santa Catarina. Dedicamos também uma parcela da produção a outros mercados, sobretudo para outros estados do Brasil e países do Mercosul e Caribe.

### 2.2. Órgãos de Governança

Nossa estrutura organizacional é composta por Diretoria, Conse-

lho Fiscal e Conselho de Administração, ao qual está vinculada a Auditoria Interna da Companhia. A Diretoria é composta por Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria Financeira e Administrativa, Diretoria Industrial e Diretoria Técnica. Essa estrutura não foi alterada após a modificação na composição acionária.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são compostos respectivamente por sete e três membros. Na formação do Conselho Fiscal há um representante da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme indicação do Ministério da Fazenda.

Em relação aos princípios éticos que direcionam os compromissos de conduta e nossas ações, seguimos o Código de Ética do Sistema Petrobras. Nossos princípios e diretrizes de Segurança da Informação são aderentes à Política de Segurança da Informação da Petrobras.

Adaptamos nossas práticas contábeis aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitidas a partir de 2009, com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais alinhamos nossas práticas contábeis, estão convergentes aos IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Adicionalmente, os principais controles dos processos contábeis, conversão das demonstrações financeiras e vendas para o mercado interno foram analisados e testados para fins da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Essa legislação estabelece mecanismos de controle mais rígidos para as empresas.

### 2.3. Gestão e Negócios

O Planejamento Estratégico da Refap é o instrumento que contém as principais diretrizes para o longo prazo, como a nossa Visão: "Seremos a melhor opção no mercado regional e atuaremos no mercado internacional, garantindo o nosso crescimento sustentável". Outro ponto importante do documento são nossos Valores:

- Respeito às pessoas, sua saúde e segurança – As pessoas e o seu desempenho, sua saúde e segurança, são o fundamento para o desempenho da Refap.

- Desenvolvimento Sustentável – Nosso negócio é realizado com uma perspectiva de longo prazo, que contribui para o desenvolvimento econômico e social.

- Obtenção de resultados – Buscamos incessantemente a geração de valor para os públicos de interesse, com foco em disciplina de capital e gestão de custos. Valorizamos e reconhecemos, de forma diferenciada, processos e equipes com alto desempenho.

- Prontidão para as mudanças – Estamos prontos para mudanças e aceitamos a responsabilidade de inspirar e criar mudanças positivas.

- Ética e transparência – Nossas ações, compromissos e demais relações são orientados pelos Princípios Éticos do Sistema Petrobras (Código de Ética).

- Respeito ao meio ambiente – Atuamos buscando manter saudável o meio ambiente.

Para nortear nosso objetivo de produção e vendas anuais, seguimos o Plano Anual de Negócios (PAN). O documento é elaborado ao final de cada ano, a partir da análise de cenários econômicos e perspectivas de mercado, e indica os resultados que a empresa se compromete a obter no período seguinte. O Plano contém ainda a previsão de nosso orçamento para o ano, abrangendo o valor de materiais de manutenção, contratações, insumos, pessoal, investimentos e encargos financeiros. Os custos operacionais são realizados conforme as diretrizes do Programa de Excelência em Custos (PEC), que permite a gestão do orçamento de forma sistemática, com foco na otimização de custos.

## 3. INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

As atividades operacionais geraram receita operacional bruta de R\$ 12,9 bilhões e receita líquida de R\$ 9,2 bilhões em 2010. O volume de produção e as vendas sofreram o impacto das Paradas Programadas de Manutenção das Unidades de Destilação (U-50), e Craqueamento (U-300). As vendas apresentaram, em relação a 2009, uma retração de 9% em volume, embora o faturamento tenha permanecido estável em função da evolução dos preços de realização dos derivados, que apresentaram evolução de 10% no período. A margem bruta, todavia, foi reduzida significativamente pela evolução de 37% do custo da matéria-prima. O custo médio da matéria-prima no período foi de 82 US\$/bbl, contra 60 US\$/bbl em 2009.

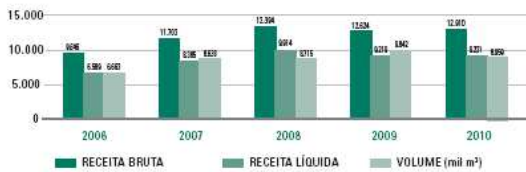




Apesar da queda de rentabilidade operacional, a empresa manteve uma forte geração de caixa, com EBITDA gerado de R\$ 725 milhões.

Com a melhora gradativa das condições do mercado financeiro em relação a 2009, colocamos em prática uma série de medidas visando à otimização do perfil das dívidas de curto e longo prazo. Entre as ações realizadas, destacamos a captação de recursos para redução da exposição cambial e alongamento da dívida com contratos de Notas de Crédito de Exportação (NCEs) de longo prazo e Debêntures do BNDES e BNDESPAR.

#### RECEITA E VOLUME COMERCIALIZADO (R\$ MILHÕES)



#### EVOLUÇÃO DE RECEITA E LUCRO (EM R\$ MILHÕES)

	2009	2010	%
Receita operacional bruta	12.624	12.910	2
Impostos e contribuições sobre vendas	3.405	3.679	8
Receita operacional líquida	9.219	9.231	-
Custo dos produtos vendidos	8.120	8.589	6
Lucro bruto	1.099	632	-
EBITDA	1.426	725	-
Lucro líquido do exercício	1.106	262	-
Volume comercializado (mil m³)	9.842	8.959	-9
Valor médio de realização (R\$/m³)	935,27	1.030,37	10
Receitas e despesas financeiras	(155)	(121)	-22
Valorização cambial e monetária	867	37	-96

#### INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	2009	2010
Lucratividade (%)	12,00	2,80
Rentabilidade patrimonial (%)	116,70	17,50
Liquidez geral	0,48	0,44
Liquidez corrente	0,55	0,60
Grau de endividamento de LP (%)	134	121

Nossa participação econômica para o crescimento das economias do Rio Grande do Sul e do Brasil foi expressa em 2010 pela geração de R\$ 3,952 bilhões em Valor Adicionado, conforme quadro abaixo:

#### DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO – VALORES POR BENEFICIÁRIO (R\$ MILHÕES)

	2009	2010
Pessoal	141	176
Entidades Governamentais	3.658	3.383
Instituições Financeiras/Fornecedores	(658)	131
Acionistas	1.106	262
Valor Adicionado – Total	4.246	3.952

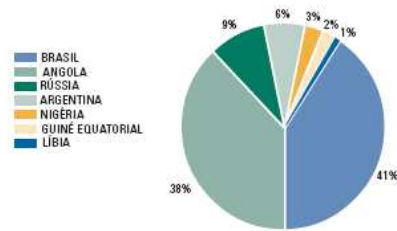
## 4. DESEMPENHO COMERCIAL E INDUSTRIAL

### 4.1. Matéria-Prima

O ano de 2010 iniciou com o preço do Petróleo oscilando em torno de 75 US\$/bbl com tendência de alta. Apenas no mês de abril esta tendência intensificou-se, rompendo a barreira dos 85 US\$/bbl pela primeira vez desde outubro de 2008, refletindo comentários de membros da OPEP que informavam que não aumentariam a produção oficialmente antes de os preços ultrapassarem os 90 US\$/bbl. Em maio, ocorreu uma queda forte do preço do petróleo, chegando a 67,58 US\$/bbl - o menor valor do ano. A crise na Grécia e a

consequente desvalorização do Euro foram o estopim para o início da queda. Nos meses seguintes, o petróleo voltou a aumentar, mas de forma lenta, pois o crescimento da economia global foi menor do que o esperado. A partir de outubro, voltou a romper a barreira dos 80 US\$/bbl e continuou em ascensão até o final do ano, quando atingiu seu nível mais alto, de 94 US\$/bbl. A alta demanda por petróleo foi o fator fundamental para a sustentação do preço.

#### ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA



A elevação dos estoques nos Estados Unidos reduziu a cotação de Petróleo WTI, utilizado como referência para os óleos nacionais, que consequentemente diminuíram de preço. Os óleos pesados seguiram valorizados, pois os cortes de produção feitos pela OPEP em 2009 foram mantidos.

As aquisições de petróleos importados ocorreram predominantemente através da Petrobras International Finance Company (PIFCO), Petrobras Singapore Private Ltd (PSPPL) e Repsol YPF Trading and Transport (RYTTS), enquanto todo o petróleo nacional foi adquirido junto à Petrobras. No gráfico ao lado, é possível visualizar os países de origem da matéria-prima adquirida pela Refap.

### 4.2. Produção

Foi mantido o mesmo rendimento na produção de Óleo Diesel de 2009, processando-se uma carga com menor grau API. Este resultado deve-se em especial ao aumento na utilização da mistura em linha e a partida do controle avançado na Unidade de Destilação U-50, juntamente com as melhorias realizadas nesta unidade durante a Parada Programada de Manutenção.

#### PRODUÇÃO (MIL M³)

	2006	2007	2008	2009	2010
Óleo Diesel	2.807	3.195	3.377	4.067	3.793
Óleo Diesel (exportação)	485	948	783	946	555
Gasolina	1.161	1.350	1.496	1.544	1.682
Gasolina (exportação)	75	285	170	168	-
Nafta Petroquímica	872	1.459	993	1.414	979
GLP	430	736	644	704	570
Óleos Combustíveis	649	393	390	373	282
QAV-1	117	142	131	161	158
Coque	16	112	143	159	155
Propeno	-	-	113	220	129
Demais derivados	136	109	197	228	205
Varição de estoque intermediários	48	88	-12	13	31
<b>Total</b>	<b>6.794</b>	<b>8.817</b>	<b>8.428</b>	<b>9.996</b>	<b>8.538</b>

A produção de energia elétrica da Refap totalizou 338.178 MWh. Esse total foi suficiente para atender as necessidades da Refinaria e ainda permitir a comercialização de energia elétrica. Disponibilizamos 55.271 MWh ao Sistema Integrado Nacional.

A eficiência energética da Refinaria manteve-se elevada. Mantivemos o consumo de energia para a realização de todos os processos de refino acima dos padrões internacionais, mais precisamente com um consumo 0,5% menor que o padrão definido por metodologia de comparação entre refinarias de todo o mundo.

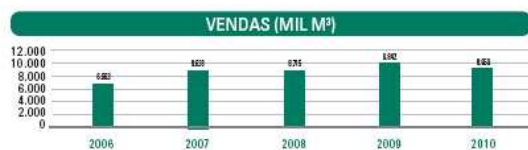
A Refap foi recertificada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP) através de auditoria do sistema de Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (SPIE). A recertificação permiti-

te operar as plantas com maior confiabilidade e segurança das pessoas e instalações, possibilitando um maior prazo entre paradas programadas de manutenção, otimizando custos na Companhia.

Na área técnica, o maior destaque foi a realização da maior Parada Programada de Manutenção em nossa história, envolvendo a Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido de Resíduo – URFCC (U-300), a Unidade de Destilação U-50 e tochas. O principal objetivo da parada de 2010 foi preservar a confiabilidade dos equipamentos durante o processo produtivo, minimizando as perdas por paradas não-programadas e atendendo à legislação. Foram realizados trabalhos como inspeção interna e limpeza dos equipamentos, manutenção preditiva e preventiva, montagem de projetos e reparo ou substituição de componentes. Uma das prioridades no planejamento da parada de 2010 foi garantir o atendimento ao mercado local. Através da política de formação de estoques – na Refap e na Transpetro – foi possível manter o abastecimento normal de grande parte dos derivados, como o Diesel e a Gasolina. Nos casos em que essa medida não foi suficiente, a empresa viabilizou alternativas para os clientes.

#### 4.3. Volumes vendidos

Em 2010, a Refap totalizou 8.959 mil m<sup>3</sup> de derivados comercializados – média de 746 mil m<sup>3</sup>/mês, significando redução de 9% em relação a 2009. No mercado local, as vendas de Diesel foram incrementadas em 11,5%, consequência do aquecimento econômico registrado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. As condições adversas de mar impediram a amarração dos navios por 140 dias, prejudicando tanto o recebimento de petróleo quanto os carregamentos de derivados realizados através da monoboia, resultando em uma redução de 31% em nossas exportações e cabotagens de Diesel.



	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Óleo Diesel (incluindo cabotagem)</b>	2.833	3.185	3.577	3.966	3.979
Óleo Diesel (exportação)	399	894	586	923	531
Biodiesel	-	-	-	104	183
Gasolina (incluindo cabotagem)	1.270	1.399	1.553	1.554	1.695
Gasolina (exportação)	67	281	252	171	-
Nafta Petroquímica	823	1.436	1.048	1.353	1.002
GLP	24	727	633	704	586
Propeno	-	-	117	175	111
<b>Óleos Combustíveis</b>	557	355	270	262	244
Óleos combustíveis (exportação)	26	-	125	130	78
QAV-1	118	136	135	157	170
Coque	13	109	127	180	169
Outros	133	116	292	163	211
<b>Total</b>	<b>8.883</b>	<b>8.638</b>	<b>8.715</b>	<b>9.842</b>	<b>8.959</b>

#### 4.4. Relacionamento com Clientes

No mercado interno, os produtos da Refap foram comercializados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina através de nossos clientes Petrobras Distribuidora, Ipiranga, Shell, Cosan (detentora da marca Esso), Charrua e Latina, entre outros. A Braskem é nossa cliente de Nafta Petroquímica e Propeno. Também comercializamos para os principais distribuidores de Asfalto, GLP e Solventes. Para outros estados, as vendas foram feitas para a Petróleo Brasileiro S.A., e as exportações realizadas através da PIFCO.

Na estratégia de relacionamento, privilegiamos ações que propiciam transparência, objetividade e compartilhamento de objetivos e

oportunidades de negócios com os clientes para garantir um crescimento mútuo e sustentável. Para colocar em prática esta estratégia, mantivemos e aperfeiçoamos o Programa Refap de Relacionamento com Clientes, com reuniões mensais para acompanhamento e avaliação do relacionamento comercial e das perspectivas de curto prazo, disponibilizando informações personalizadas para cada cliente relativas ao desempenho dos principais pontos do contrato. Enviamos as informações relevantes através de newsletter eletrônico. Realizamos um completo programa de visitas a clientes, bem como reuniões estratégicas para compartilhamento de visão do futuro do segmento de atuação.

No processo de relacionamento, foram amplamente utilizados o Canal Cliente, ferramenta disponibilizada na Internet, onde são consultadas as principais informações comerciais, de forma individualizada, e o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), que permite o registro de manifestações 24 horas por dia, via telefone ou e-mail. O SAC mantém o acompanhamento de todas as manifestações até a resposta final, a fim de garantir o tratamento de todos os registros.

Para otimizar e avaliar a sistemática de relacionamento com clientes, são realizadas periodicamente Reuniões de Análise Crítica (RAC), nas quais são estabelecidas ações de melhoria com a participação de todos os envolvidos no processo. Trimestralmente, o acompanhamento é avaliado junto à Diretoria da Refap.

#### 5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Demonstramos abaixo os impostos e contribuições gerados pelas atividades da Companhia.

GÊNERO	2009	2010	%
Federais	1.699	1.584	-7
Estaduais	1.626	1.700	5
<b>Total</b>	<b>3.325</b>	<b>3.284</b>	<b>-1</b>

Ocupamos o primeiro lugar no estado do Rio Grande do Sul em arrecadação de impostos estaduais e federais. Os recolhimentos de impostos, taxas e contribuições sociais totalizaram R\$ 3,284 bilhões (impostos próprios, não considerando recolhimentos de substituição tributária também realizados pela Refap).

Em junho de 2010, disponibilizamos os registros digitais fiscais e societários no Sistema Público de Escrituração Digital da Receita Federal (SPED). O SPED-Contábil é um sistema da Receita Federal que, em articulação com as Secretarias de Fazenda e Juntas Comerciais dos Estados, tem como principal objetivo integrar as informações contábeis, financeiras e tributárias, visando a aumentar o acesso pelos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre as obrigações de recolhimentos de tributos.

#### 6. OBRAS E INVESTIMENTOS

O total de R\$ 665 milhões foi investido desde 2008 na Unidade de Hidrossulfurização de Nafta (HDS), dos quais R\$ 422 milhões somente em 2010. A nova planta industrial, com capacidade para processar 5,000 m<sup>3</sup>/dia, possibilitará a produção de Gasolina com reduzido teor de enxofre a partir de 2011. A construção dos componentes críticos da unidade, fabricados na Índia, foi supervisionada in loco por técnicos de inspeção da Refap.

Considerando a Parada Programada de Manutenção e as melhorias realizadas nas instalações existentes, foram investidos R\$ 204,9 milhões, conforme previsto no Plano de Negócios da Companhia.

#### 7. QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (QSMS)

Nosso Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde abrange as ações realizadas para o constante aprimoramento da qualidade de produtos e a melhoria contínua da gestão ambiental, de segurança e saúde ocupacional. Devido a esse compromisso, obtivemos em 2010 a manutenção da certificação das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001: 2007.

As tabelas abaixo mostram a evolução dos principais indicadores utilizados para medirmos nosso desempenho em segurança, meio ambiente e saúde.

O Indicador de Atos Seguros (IAS) é uma ferramenta estatística de



identificação de desvios na execução de tarefas, permitindo a elaboração de planos preventivos. Já o Indicador Pró-Ativo (IPRO) é o Índice interno que considera a realização de atividades como auditorias comportamentais, reuniões de SMS, resolução de anomalias identificadas e a conformidade nas permissões de trabalho.

INDICADORES DE SEGURANÇA					
	2006	2007	2008	2009	2010
IPRO – Índice Pró-Ativo	92	95	94	90	92
IAS – Índice de Atos Seguros	86	83	85	88	88
TFCA – Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento	1,57	2,00	1,29	0	0,36

Nessa área, destacamos a conquista do recorde histórico de 628 dias sem acidentes com afastamento. Isto foi possível, entre outros fatores, com a realização de auditorias comportamentais com foco na atitude e no comportamento dos trabalhadores, através de atuação na conscientização e correção dos desvios durante a realização das tarefas. Em 2010, foram realizadas mais de 5.000 horas de auditorias comportamentais.



O Índice de Efluente Hídrico (IEH) obteve uma melhoria significativa em relação a 2009 graças a aprimoramentos e ajustes operacionais na Estação de Tratamento de Efluentes Hídricos (ETDI). O Índice de Emissões Atmosféricas atendeu aos requisitos legais, mesmo com a realização da Parada Programada de Manutenção.

INDICADORES DE MEIO AMBIENTE					
	2006	2007	2008	2009	2010
IEA - Índice de Emissões Atmosféricas (t/SO2)	8.378	11.146	5.697	3.333	3.955
IEH - Índice de Efluente Hídrico (%)	9,39	110,87*	3,22	25,30	5,93

\*O IEH é calculado comparativamente a parâmetros ideais definidos pelo Sistema Petrobras, portanto pode obter um valor maior que 100%.

Na área de saúde, aplicamos o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO). Do total de 1.628 exames médicos periódicos previstos, foram realizados 1.625, totalizando um índice de 99,8%. Oferecemos a nossos empregados diversos programas focados na Promoção da Qualidade de Vida, como o de Primeiros Socorros, Condicionamento Físico, Controle Médico e Saúde Ocupacional, Alimentação Saudável, Ginástica Laboral, Prevenção à Gripe e Campanhas de Vacinação, que estimulam a adoção de um estilo de vida mais saudável.

## 8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - PROGRAMA REFAP CIDADÃ

O Programa Refap Cidadã contempla todas as ações e projetos de Responsabilidade Social da Refap, transformando em realidade os preceitos de nossa Política de Responsabilidade Social: "Contribuir para a transformação social através da promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, em atendimento aos seus compromissos éticos com o futuro". Os focos de atuação são Cidadania, Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Cultura.

### 8.1. Cidadania

Há cinco anos, o Centro Refap Cidadã oferece atividades culturais, esportivas e pedagógicas a crianças de 6 a 12 anos residentes em Estelo, município vizinho à Refinaria, sempre no turno inverso à escola. Em 2010, o Centro conseguiu ampliar o atendimento de 120 para 160 crianças. Além de estimular a sociabilidade e o desenvolvimento dos pequenos, as ações também incluem a participação das famílias, através do

Grupo de Crescimento em oficinas profissionalizantes para as mães dos alunos, e o Grupo de Liderança, para adolescentes de 12 a 16 anos. O Centro é fruto de uma parceria entre Refap, Associação Cristã de Moços (ACM), Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão (IDDC) e Clube dos Empregados da Petrobras. Em 2009, o Centro firmou parceria estratégica com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Estelo, aliança que possibilita o investimento social através de recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), permitindo beneficiar também outros projetos ligados a Estelo. No município, destacamos ainda nossa participação no "Projeto Conexão II - Espaços de Socialização e Promoção de Inclusão Social", qualificando o atendimento de demandas sociais da comunidade.

Em Canoas, patrocinamos o Banco de Alimentos, a Unidade de Atividade Aquática do Centro de Reabilitação e Inclusão da Associação Canoense do Deficiente Físico (ACADEF), o "Diário de Canoas no seu Bairro" e o Projeto "Concertos Didáticos com Orquestra da Ulbra".

Ainda em relação à Cidadania, patrocinamos a Campanha do Agasalho 2010, promovida pelo Comitê de Ação Solidária do estado do Rio Grande do Sul.

O Programa Refap de Relacionamento Comunitário intensificou o contato e aproximação com as comunidades de Estelo e Canoas, vizinhas à Refinaria, através de visitas e palestras, apresentando a operação e as atividades da Companhia. Outras ações incluíam a distribuição de materiais e realização de reunião para esclarecer às lideranças os trabalhos da Parada Programada de Manutenção.

O Programa Refap Jovem Aprendiz proporciona qualificação profissional e estágio para jovens em situação de vulnerabilidade social, de 16 a 18 anos, moradores das comunidades vizinhas. Em 2010, uma nova turma com 31 alunos iniciou suas atividades. Além da formação profissional, o projeto incentiva a cidadania e o pleno exercício de direitos, com informações sobre qualidade de vida, meio ambiente, direitos humanos e questões de gênero e etnia.

### 8.2. Meio Ambiente

Com relação ao Meio Ambiente, nosso foco principal é a educação ambiental. Mantivemos o investimento no Projeto Muda Mundo, que leva lições de cidadania, consciência ambiental e civismo aos estudantes da rede pública de ensino, em especial aos municípios vizinhos à Refap, através do teatro e da literatura. Além disso, investimos em eventos como a Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (Mostratec 2010), com o Prêmio Refap de Tecnologia para um Meio Ambiente Sustentável, realizado pela Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, e o VII Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental com o Prêmio Refap de Gestão Integrada do Meio Ambiente. Atuamos junto a Canoas e Estelo patrocinando as Semanas do Meio Ambiente dos dois municípios, bem como o eixo de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Seleção Pública de Projetos da Rede Parceria Social, com abrangência estadual.

### 8.3. Cultura

A Refap está presente em manifestações culturais tradicionais de nosso Estado. Fomos o Patrocinador Especial da Área Infantil e Juvenil da 56ª Feira do Livro de Porto Alegre, uma parceria que completou 10 anos. Outros eventos importantes também contaram com nosso patrocínio, como o festival de teatro Porto Verão Alegre e o Módulo Educacional do curso de altos estudos Fronteiras do Pensamento. Ainda valorizamos a cultura dos municípios patrocinando o livro "Porto Alegre 235 anos" e o Festival Folclórico de Estelo.

### 8.4. Qualidade de Vida

Promover a Qualidade de Vida em todas as suas dimensões também está na estratégia da Refap. A partir dessa prerrogativa, incentivamos eventos renomados como 10º Congresso de Stress da ISMABR, o 12º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, o 2º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e o 2º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público. Além disso, somos mantenedores da organização não-governamental Parceiros Voluntários de Canoas e de Estelo.

Junto a nossos empregados, intensificamos as atividades do Programa de Voluntariado Refap, com coordenação corporativa, no qual é concedido um turno do mês para os empregados praticarem o voluntariado de forma sistemática em entidades canoenses. A iniciativa também promoveu campanhas solidárias beneficiando instituições de Canoas e Estelo, com a participação de toda a força de trabalho.



## 9. RECURSOS HUMANOS

### 9.1. Novos Empregados

Por determinação legal, a contratação de novos empregados é efetuada mediante aprovação em processos seletivos públicos. As regras e a validade de cada processo variam conforme as necessidades da Companhia, sendo definidas por edital próprio que é publicado no Diário Oficial da União, em jornais de grande circulação regional e na Internet.

Em 2010, foram contratados 102 novos empregados, sendo que o efetivo totalizou 909 empregados em 31 de dezembro de 2010.

### 9.2. Treinamento e Capacitação

Para assegurar que a Companhia disponha das competências necessárias às suas estratégias, foram investidos R\$ 2 milhões na capacitação de empregados. Destacam-se as especializações, cursos de aperfeiçoamento profissional, treinamentos em segurança e desenvolvimento gerencial, que juntos totalizaram 63.750 horas dedicadas a treinamento, beneficiando 892 empregados. Esse investimento é realizado dentro do projeto Gestão de Competências na Refap, que tem o objetivo de mapear conhecimentos críticos e estratégicos.

### 9.3. Valorização da Força de Trabalho

Os objetivos organizacionais são desdobrados em metas individuais e de equipe para os empregados de diversos níveis, as quais são acompanhadas por meio do processo de Gerenciamento de Desempenho (GD), que obteve 97% de realização em 2010.

O resultado final da avaliação do GD integra o conjunto de critérios que define a elegibilidade de cada empregado no processo de Avanço de Nível e Promoção. Em 2010, 415 empregados foram beneficiados com progressão em sua carreira.

Oferecemos a nossos empregados planos de previdência complementar geridos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), que possibilitam o pagamento de benefícios complementares àqueles oferecidos pela Previdência Social, além de garantir a cobertura para situações de risco. Em 2010, a participação da empresa nos planos foi de R\$ 8,1 milhões.

Os empregados, seus dependentes e aposentados contam com a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), um completo plano de

assistência médica, hospitalar e odontológica, além do benefício farmacêutico para aquisição de medicamentos. Também são oferecidos benefícios educacionais para complementar a formação e educação dos filhos de empregados, bem como a educação técnica do próprio empregado.

## 10. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

As premiações e reconhecimentos concedidos à Refap ao longo do ano de 2010 reforçam a percepção positiva que a sociedade possui em relação à Companhia. Fomos considerados a Melhor Empresa do Setor de Química e Petroquímica no país, na 37ª edição de Melhores e Maiores da Revista Exame. No ranking "500 Maiores do Sul", a Refap obteve a sétima posição no ranking regional, destacando-se com a segunda colocação no estado do Rio Grande do Sul. No Prêmio Marcas e Líderes, da cidade de Canoas, fomos contemplados nas categorias Indústria, Empresa que desperta orgulho no Canoense e Empresa onde o Canoense gostaria de trabalhar. Fomos reconhecidos ainda com o Troféu Exportação ADVB, o Top Consumidor (organizado pela Revista Consumidor Teste), o Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o Troféu Destaque Ambiental (concedido pelo Centro de Estudos Ambientais de Sapucaia do Sul). Obtivemos também os Certificados de Responsabilidade Empresarial concedidos pela organização Parceiros Voluntários dos municípios de Esteio e de Canoas.

### DIRETORIA

ROBERTO KEN NAGAO

Diretor-Presidente

ROBERTO PUERARI

Diretor Técnico

PAULO ROBERTO MARTINI

Diretor Industrial

ROBERTO KEN NAGAO

Diretor Comercial

VICENTE JOSÉ RAUBER

Diretor Financeiro e Administrativo

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA

Presidente

DANIEL LIMA DE OLIVEIRA

Conselheiro

JOSÉ CARLOS COSENZA

Conselheiro

ROBERTO KEN NAGAO

Conselheiro

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTA	31/12/10	31/12/09	1/1/09
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	238.957	329.905	190.552
Depósitos vinculados	13b	80.110	74.409	54.948
Contas a receber de clientes	6	369.953	353.063	313.221
Estoques	7	600.165	766.880	639.935
Imposto a recuperar	8	101.539	92.823	172.286
Outros créditos		9.815	21.491	14.724
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.400.599</b>	<b>1.638.571</b>	<b>1.365.666</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto a recuperar	8	44.514	25.386	18.666
Impostos diferidos	12	384.084	401.997	713.178
Depósitos judiciais		2.357	1.420	1.376
Comissões e despesas a apropriar		1.875	-	-
Adiantamento a fornecedores		9.284	66.677	4.979
Investimentos		-	-	1.000
Imobilizado	10	3.824.442	3.510.632	3.687.106
Intangível		289	468	588
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.366.855</b>	<b>4.008.580</b>	<b>4.426.893</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.767.454</b>	<b>5.645.151</b>	<b>5.812.559</b>

PASSIVO	NOTA	31/12/10	31/12/09	1/1/09
<b>CIRCULANTE</b>				
Financiamentos	13a	1.245.420	2.056.868	998.425
Debêntures	13b	161.884	144.287	120.064
Financiamentos capital de giro	13b	120.600	20.720	-
Fornecedores	14	473.486	443.578	2.860.014
Impostos e contribuições a recolher	11	238.760	251.470	158.337
Salários, férias a pagar e participações de empregados		26.927	40.696	22.779
Planos de pensão e de saúde	16	7.636	7.377	8.590
Outras contas a pagar		56.641	55.499	55.772
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.331.354</b>	<b>3.020.496</b>	<b>4.223.981</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Sociedade controladora indireta	9	182.932	223.917	415.665
Financiamentos	13a	766.620	174.120	233.700
Debêntures	13b	572.529	578.449	613.904
Financiamentos capital de giro	13b	89.015	183.407	-
Plano de pensão	16	47.098	36.043	31.243
Plano de saúde	16	47.152	38.833	33.374
Impostos diferidos	12	102.300	23.503	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.807.646</b>	<b>1.259.272</b>	<b>1.327.886</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	17	900.000	900.000	900.000
Reserva legal		36.423	21.575	-
Reservas de lucros		490.813	307.446	-
Reserva especial de dividendos		201.218	102.482	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	34.880	(639.308)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.767.454</b>	<b>5.645.151</b>	<b>5.812.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	NOTA	2010	2009
Receita	19	9.231.472	9.219.177
Custos dos produtos e dos serviços vendidos		(8.599.171)	(8.119.978)
<b>Lucro bruto</b>		<b>632.301</b>	<b>1.099.199</b>
Outras receitas		8.217	39.866
Despesas de vendas		(70.729)	(94.799)
Despesas administrativas		(30.093)	(25.756)
Outras despesas	22	(52.660)	(54.637)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>487.036</b>	<b>963.873</b>
Receitas financeiras	20	137.262	1.041.438
Despesas financeiras	20	(220.695)	(329.646)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>403.403</b>	<b>1.675.665</b>
Imposto de renda e contribuição social	21	(141.332)	(569.974)
<b>Resultado do período</b>		<b>262.071</b>	<b>1.105.691</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)		0,390	1,646
Quantidade de ações ao final do exercício		671.902.601	671.902.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA  
O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>262.071</b>	<b>1.105.691</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	237.820	462.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.699	334.684
Encargos financeiros sobre financiamentos/debêntures	48.253	(232.237)
Encargos financeiros sobre financiamentos - ligadas	10.920	(90.164)
Provisão ajuste a valor líquido de realização de estoques	(2.971)	(36.148)
Planos de pensão e de saúde	19.832	8.340
Residual do ativo imobilizado baixado	1	2
<b>Redução (aumento) nos saldos ativos</b>		
Clientes	14.112	(11.604)
Clientes - ligadas	(31.002)	(28.238)
Estoques	169.686	(90.797)
Impostos a recuperar	(27.902)	72.743
Demais contas a receber	60.556	(83.666)
<b>(Redução) aumento nos saldos passivos</b>		
Fornecedores	150.764	(138.921)
Fornecedores - ligadas	(120.856)	(2.277.515)
Impostos e contribuições sociais	(12.710)	93.133
Demais contas a pagar	(12.626)	18.350
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>862.447</b>	<b>(893.862)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Compras de imobilizado e intangível	(626.979)	(275.307)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicadas nas atividades de investimentos	(626.979)	(275.307)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização financiamentos - ligadas	(62.882)	(101.584)
Captação financiamentos e debêntures	4.027.950	3.780.948
Amortização financiamentos e debêntures	(4.291.484)	(2.370.842)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(326.416)</b>	<b>1.308.522</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	329.905	190.552
No fim do exercício	238.957	329.905
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(90.948)</b>	<b>139.353</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(EM MILHARES DE REAIS)**

	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZOS)	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	ESPECIAL DE DIVIDENDOS		
Saldos em 1º de janeiro de 2009	900.000	-	-	-	(639.308)	260.692
<b>Lucro líquido do período</b>	-	-	-	-	1.105.691	1.105.691
<b>TRANSAÇÕES COM AACIONISTAS</b>						
<b>CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS:</b>						
Reserva legal	-	21.575	-	-	(21.575)	-
Reserva de lucros	-	-	307.446	-	(307.446)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	102.482	(102.482)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	900.000	21.575	307.446	102.482	34.880	1.366.383
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	262.071	262.071
<b>TRANSAÇÕES COM AACIONISTAS</b>						
<b>CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS:</b>						
Reserva legal	-	14.848	-	-	(14.848)	-
Reserva de lucros	-	-	183.367	-	(183.367)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	98.736	(98.736)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	900.000	36.423	490.813	201.218	-	1.628.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	2010	2009
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços e resultados não operacionais	12.910.246	12.624.426
Receitas relativas à construção de ativos para uso	488.565	237.074
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Material consumidos	(8.121.518)	(7.498.553)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(652.015)	(384.720)
Créditos fiscais, perda e recuperação de ativos	(470.961)	(315.593)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>4.154.317</b>	<b>4.682.834</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação	(237.820)	(462.484)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>3.916.497</b>	<b>4.200.150</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	35.032	46.688
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.951.529</b>	<b>4.246.838</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Salários, vantagens e encargos	157.367	124.001
Participação dos empregados nos resultados	18.300	16.732
	175.667	140.733
<b>Tributos</b>		
Federais	1.583.839	1.698.536
Estaduais	1.700.044	1.625.687
Municipais	2.127	57
Contribuição social e imposto de renda diferidos	96.699	334.685
	3.382.709	3.658.965
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>		
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e alugueis	131.082	(658.551)
<b>Acionistas</b>		
Lucros retidos	262.071	1.105.691
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>3.951.529</b>	<b>4.246.838</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
(Em milhares de Reais)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Alberto Pasqualini – REFAP S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da PETROBRAS, sob o nome de Refinaria Alberto Pasqualini.

Suas atividades principais são o refino, o processamento, a comercialização, importação e exportação de petróleo, seus derivados e correlatos.

A Companhia é controlada diretamente pela Downstream Participações Ltda. – subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Em 17 de dezembro de 2010, a Downstream Participações Ltda. adquiriu da empresa Repsol Brasil S.A. 30% de participação do capital social da Companhia, totalizando sua participação em 100% do capital social.

Os principais fornecedores de matéria-prima da Companhia em 2010 foram a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, a Petrobras International Finance Company – PIFCO, a Repsol YPF Trading, a Transporte S.A. – RYTSSA e a Petrobras Singapore Private.

A área de atuação da Alberto Pasqualini – REFAP S.A. abrange o mercado nacional, especialmente o Estado do Rio Grande do Sul, oeste e centro-sul do Estado de Santa Catarina, bem como o mercado internacional com exportação de derivados para diversos países.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO

#### a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 e 2010, com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009, a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010, para fins de comparação.

Estas são as primeiras demonstrações preparadas sob estas normas, nos quais o pronunciamento CPC 43 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 43) foi aplicado.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2011.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovados pela Deliberação CVM No 534. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

■ Nota 15 - Provisões e contingências.

■ Nota 16 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos.

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

#### a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

#### b. Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: financiamentos e recebíveis.

##### Financiamentos e recebíveis

Financiamentos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os financiamentos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos (veja nota explicativa 18).

Depósitos bancários que tenham limitações para utilização são apresentados de forma segregada ao caixa e equivalentes de caixa.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

##### (ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o



passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

#### (iii) Capital Social

O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá proceder a aumentos de capital por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000. A Companhia não possui ações preferenciais.

Conforme demonstrado na nota explicativa 17, a administração, de maneira similar ao ano anterior, apresentou proposta de retenção do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em reserva especial de dividendos conforme facultado pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

#### (iv) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos em aberto, sendo que as operações em aberto em 01 de janeiro de 2009 foram liquidadas durante o exercício de 2009.

#### c. Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável.

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme práticas contábeis anteriores (BRGAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do pronunciamento CPC 27 (Ativo Imobilizado). Além disso, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Entretanto a Companhia realizou a revisão de suas vidas úteis aplicadas sobre o imobilizado, conforme mencionado posteriormente no item (v) Depreciação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

##### (ii) Capitalização de custos de empréstimos

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, conforme CPC 20 – Custo de empréstimos.

##### (iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### (iv) Paradas programadas (campanha)

A Companhia adota como prática contábil o registro no Imobilizado dos gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros.

Tais paradas ocorrem em períodos programados e os respectivos

gastos são depreciados como custo de produção até o início da parada seguinte. Os gastos com paradas não programadas não são ativados.

#### (v) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos relacionados ao segmento de refino, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	A PARTIR DE 01/01/10 (média)		Antigo
■ Equipamentos e conjuntos industriais de refino	20 anos		10 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no exercício foi reduzida em R\$ 236.633.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Os seguintes componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

■ Edificações e benfeitorias	25 anos
■ Móveis e utensílios	10 anos
■ Outros equipamentos	5 a 10 anos

#### d. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, principalmente softwares, mensurados pelo custo total de aquisição e amortizados de forma linear considerando a vida útil. Softwares tem sua vida útil estimada em 5 anos.

#### e. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

■ As matérias-primas compreendem, principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio ponderado do custo de aquisição, que não excede ao valor de mercado;

■ Os derivados de petróleo são demonstrados ao custo médio ponderado de refino ou de compra, ajustados aos valores de realização;

■ Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio ponderado de compra, que não pode exceder ao de reposição. As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos estão apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

#### f. Redução ao valor recuperável de ativos

##### (i) Ativos financeiros (Incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

##### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

#### g. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário inde-



pendente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

#### h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### i. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

#### j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia, facultativo nos exercícios

anteriores em 2008 e 2009 e obrigatório a partir do ano-calendário 2010, conforme Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09 que converteu a Medida Provisória nº 449/08. Os efeitos fiscais temporários, quando aplicável, gerados por RTT estão apurados e apresentados no imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

#### m. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

#### n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments.
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).

#### ■ Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

#### 4 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

##### a. Risco de crédito





Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

#### Contas a receber de clientes

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas e receber de clientes e títulos de investimento.

A Companhia possui um Comitê de Crédito, destinado a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito, as quais norteiam o Comitê de Crédito, estão estabelecidas na Política de Crédito Mercantil da Companhia, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente, utilizando-se fontes internas e externas. Essas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam o Comitê de Crédito e a Diretoria na avaliação e concessão de crédito a clientes.

A Companhia possui em torno de 30 clientes no mercado nacional, sendo que aproximadamente 31 por cento (29 em 2009) do faturamento nesse mercado é atribuído a operações de venda a um único cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados de acordo com suas características relativas a localização geográfica, segmento, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

#### Títulos de investimento

As aplicações em títulos de investimento estão representadas por cotas de fundo de investimento exclusivo de renda fixa, cujos recursos estão lastreados em títulos públicos federais, sendo o risco existente aquele inerente a tais ativos.

#### b. Risco de liquidez

O risco de liquidez assume duas formas distintas porém intimamente relacionadas: risco de liquidez de ativos ou de mercado e risco de liquidez de funding ou de fluxo de caixa. O primeiro deles surge quando uma transação não pode ser conduzida aos preços vigentes de mercado devido ao fato de que o volume envolvido ser muito elevado em relação aos volumes normalmente transacionados e varia de acordo com os tipos de ativos, mercados em que são negociados e ao longo do tempo em função das condições de mercado. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas. Estas dificuldades podem levar a liquidações antecipadas e desordenadas de ativos aumentando a exposição ao risco de liquidez de mercado.

O risco de liquidez no sentido genérico advém de situações em que uma entidade interessada em negociar seus ativos e produtos, não consegue fazê-lo porque não consegue achar outra entidade interessada em tomar o lado contrário da transação a um preço razoável ou até mesmo a qualquer preço. Este risco torna-se particularmente grave se a entidade que detém ou produz esses ativos e produtos e a ele está sujeita se vê perante a obrigação de liquidar esses bens para honrar outros compromissos.

Uma instituição pode perder acesso à liquidez se o seu rating de crédito cair, ou se um outro evento levar a que as outras contrapartes desejem evitar transacionar com a companhia ou até mesmo financiá-la. Uma Companhia também está exposta a risco de liquidez se os mercados do qual ela depende estiverem sujeitos a possível perda de liquidez.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez (de mercado e de fluxo de caixa) é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerm, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Comumente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Tendo em vista o controle de 100% da Companhia pela Petróleo Brasileiro S.A., as captações de linhas de financiamento da Companhia junto às instituições financeiras têm percepção de risco de crédito associada à Petrobras. Sendo assim, nossos indicadores financeiros não geram impacto na habilidade da Companhia em financiar suas obrigações

financeiras e/ou operações comerciais.

Essas captações são norteadas e até mesmo taxadas segundo o rating da Petrobras. Um "rating" é uma nota que as agências de classificação de risco de crédito atribuem à capacidade de um emissor (um país, um banco ou uma empresa) de honrar o pagamento de uma dívida.

As avaliações de rating da Petrobras representam uma das melhores do Brasil e do mundo, o que pode ser observado nas últimas avaliações das Agências de Rating Moody's, Standard & Pooors e Fitch em Junho de 2009.

#### c. Risco de mercado

##### Risco da taxa de câmbio

O Risco de Mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio e a oscilação do Brent no Mercado Internacional. Como uma parcela das aquisições de petróleo da Refinaria é originada através de importação, cujas vendas são destinadas em parte, também, à exportação, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique, para tal, uma gestão ativa de sua dívida monitorando sua exposição cambial.

O Conselho de Administração da Companhia revogou, em 2010, a Política de Proteção Cambial até então vigente e aprovou uma nova Sistemática para Acompanhamento e Gestão da Exposição Cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida, de modo a proporcionar um hedge natural.

Para tanto, a Companhia quantifica o percentual da sua Receita Operacional que acompanha, aproximadamente, as variações da taxa de câmbio, buscando o equilíbrio nos desembolsos de caixa atrelados à respectiva moeda, dentro de uma determinada faixa de referência. Simultaneamente, visando à identificação de possíveis situações de desequilíbrio que possam ocasionar efeitos extremos no resultado, acompanha-se o perfil da dívida indexada ao Real e a outras moedas, a estrutura entre curto e longo prazo e a composição da dívida financeira e total. Em suma, almeja-se a diminuição da volatilidade do mercado no resultado da Companhia, atendendo ao critério de menor custo.

##### Risco de taxa de juros

A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

##### Exposição a riscos de commodities e preços

##### de derivados de petróleo

O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos é vendida no mercado local e o restante exportado. O petróleo cru é a matéria-prima principal da companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional do Brent, cotados em dólar.

Em relação ao mercado local, a Companhia procura repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo, de maneira a não comprometer o financiamento do seu fluxo de caixa e de seus projetos de investimento.

Nossas vendas destinadas ao exterior estão expostas às cotações internacionais de derivados de petróleo. Nossos principais produtos exportados são gasolina, diesel e óleo combustível.

#### d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A administração da Companhia estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

São emitidos padrões e praticadas rotinas para a administração de riscos operacionais nas diferentes áreas da refinaria.

O cumprimento dos padrões e rotinas é apoiado por um programa de verificações periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna, que informa à Administração da Companhia, bem como ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o resultado das análises realizadas.



## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e bancos	71.060	91.437	69.430
Aplicações financeiras	167.897 238.357	238.468 329.905	121.122 190.552

As aplicações financeiras são representadas por cotas do fundo exclusivo "BB Extramercado Exclusivo 11 Fundo de Investimento Renda Fixa" do BB DTVM, cujos recursos estão lastreados em títulos públicos federais, possuindo liquidez imediata. O portfólio desse fundo está vinculado ao rendimento dos Depósitos Interbancários - DI. Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), serviços de auditoria, taxas de serviços relativos à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18.

## 6 CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Clientes	34.090	48.202	36.598
Sociedade controladora indireta	142.752	167.152	44.291
Empresas ligadas	193.111	197.709	232.332
Total	369.953	353.063	313.221

## 9 PARTES RELACIONADAS

31/12/2010

	PETROBRAS AMÉRICA INC - PAI	PETROLÉO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	LUIGI&S DISTRIBUIDORA S.A.	COMPANHIA DE GAS DO RS-SULGAS	FABRICA CARUISA DE CATALIA-DORIS - FCC	DOWN STREAM PARTICIPAÇÕES LTDA.	BRASKEM S.A.	PETROBRAS SINGAPORE PRIVATE (**)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	PIFCO (*)	PETROBRAS GAS	REFIN. DE PETROLÉO R. DEBRAN DENEGESA	LO. SOLUÇÕES & QUÍM. CAS. A	IPIRANGA ASFALTOS S.A.	TOTAIS
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>																
<b>CONTAS A RECEBER</b>																
Companhia controladora indireta	-	142.752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142.752
Empresas ligadas	-	-	85.237	843	-	-	2.500	16.854	-	-	83.183	-	-	1	4.493	193.111
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>																
<b>FORNECEDORES</b>																
Companhia controladora indireta	-	203.351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.351
Empresas ligadas	4.265	-	218	4.486	5.920	5.302	238	-	-	9.951	2.450	2.170	-	-	-	35.000
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>																
<b>FINANCIAMENTO</b>																
Companhia controladora indireta	-	182.932	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.932
<b>RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010</b>																
Receita	-	1.348.175	3.805.676	161.206	-	-	-	1.235.697	-	-	579.128	-	37.393	6.668	34.988	7.268.931
Varição cambial e monetária	303	(18.179)	-	-	-	-	-	-	10.860	-	12.429	-	-	-	-	5.413
Despesa financeira	-	3.718	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	3.729
Receita financeira	-	32	68	-	-	-	-	32	-	-	38	-	-	-	-	170
Outras receitas	-	-	438	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	446

(\*) Petrobras International Finance Company - PIFCO.

(\*\*) Petrobras Singapore Private Ltd - PSPL

As operações comerciais entre as empresas do sistema Petrobras e Repsol são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo, pela Companhia, junto à PIFCO - Petrobras International Finance Company e sua subsidiária Petrobras Singapore Private Ltd e RYTTSA - Repsol YPF Trading and Transport S/A, possuem prazo maior de liquidação por se tratarem de subsidiárias dos acionistas criadas para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos financeiros incorridos no período. As demais transações, principalmente empréstimos através de contratos, tem o seu valor, rendimentos e/ou encargos, estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.



31/12/2009

	PETROBRAS AMÉRICA INC - PAI	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	PROCU-REMENT	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.	COMPANHIA DE GÁS DO RS-SULGÁS	FABRICA CARIOCA DE CATALISADORES - FCC	DOWN STREAM PARTICIPAÇÕES LTDA	BRASKEM S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	PIFCO (PI)	RYTSA REPSOL TRADING	REFIN. DE PETRÓLEO PROGRAM. DENKOR S.A.	IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	IPIRANGA ASFALTOS S.A.	TOTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>																
<b>CONTAS A RECEBER</b>																
Sociedade controladora indireta	-	167.152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167.152
Empresas ligadas	-	-	80.815	-	1.049	-	-	114	17.078	27	34.665	-	2.759	1.147	55	137.709
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>																
<b>FORNecedores</b>																
Sociedade controladora indireta	-	90.517	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.517
Empresas ligadas	4.058	-	217	-	4.774	3.917	4.578	192	-	9.653	130.243	111.035	-	24	-	268.691
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>																
<b>FINANCIAMENTO</b>																
Companhia controladora indireta	-	223.917	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	223.917
<b>RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2009</b>																
Receita	-	1.579.390	3.485.996	-	195.186	-	-	-	1.241.168	-	948.011	-	14.500	12.968	9.710	7.486.929
Varição cambial e monetária	371	98.424	-	-	-	-	-	-	(3.109)	-	372.166	59.608	-	-	-	527.461
Despesa financeira	-	8.286	-	-	-	-	-	-	-	-	64.208	4.179	-	-	-	76.673
Receita financeira	-	159	522	-	-	-	-	14	2	-	10	-	-	-	-	707
Outras receitas	-	-	418	-	1	-	-	-	-	-	185	-	-	-	-	604

(\*) Petrobras International Finance Company - PIFCo

As partes relacionadas citadas são apresentadas da seguinte forma:

**Controladora direta:**

Downstream Participações Ltda.

**Controladora final:**

Petróleo Brasileiro S.A. -Petrobras.

**Empresas controladas direta ou indiretamente pela controladora final:**

Petrobras América Inc - PAI  
BR - Petrobras Distribuidora S.A.  
Procurement  
Liquigás Distribuidora S.A.  
Companhia de Gás do RS-Sulgás  
Fabrica Carioca de Catalisadores -FCC  
Petrobras Transporte S.A. -Transpetro  
Petrobras International Finance Company - PIFCo

**Empresas controladas em conjunto direta ou indiretamente pela controladora final:**

Refinaria de Petróleo Riograndense S/A

**Empresas coligadas direta ou indiretamente pela controladora final:**

Braskem S.A.  
Braskem Incorporate Trading  
IQ Soluções & Química S. A.  
Ipiranga Asfaltos S.A.

**Empresas ligadas o antigo acionista de Companhia - Repsol Brasil S. A.**

RYTSA Repsol Trading

Os saldos de financiamentos referem-se aos Instrumentos Particulares de Reconhecimento de Dívidas, cujas movimentações estão apresentadas como segue:

PETROBRAS	2010	2009	1/1/2009
Saldo inicial	223.917	415.665	308.468
Adições	-	-	2.865
Juros, atualizações monetárias e variações cambiais	21.897	(90.164)	174.840
Amortizações / baixas	( 62.682)	(101.584)	( 70.308)
Saldo final	182.932	223.917	415.665

O saldo remanescente refere-se ao contrato de Reembolso de Financiamento, assinado com a Petrobras e referente ao empréstimo obtido junto ao Japan Bank for International Cooperation - JBIC, destinado a este projeto.

**Remuneração do pessoal-chave da administração - em R\$**

No exercício de 2010, a menor e a maior remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro foram de R\$ 2.187,28 e R\$ 40.111,84 (R\$ 2.240 e R\$ 34.021,62 em 2009), respectivamente. A remuneração média daquele mês foi de R\$ 7.349,26 (R\$ 7.029,29 em 2009).

Com relação aos dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2010, tomando como base o mês de dezembro, foi de R\$ 46.124,07 (R\$ 42.782,00 em 2009).

Os dirigentes da Companhia possuem os mesmos benefícios concedidos aos demais empregados. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal têm sua remuneração fixada de acordo com o estabelecido pela Lei 9.292 de 12 de julho de 1996.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2010 foi de R\$ 2.169.327,46 (R\$ 1.905.667,03 no exercício de 2009), referente a 4 diretores e 6 conselheiros.

**10 IMOBILIZADO**  
A. COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

	31/12/2010		31/12/2009 - 01/01/2009			
	TAXA MÉDIA DE DEPRECIAÇÃO % A.A.	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO	
Terrenos	4,514	-	4,514	4,514	4,514	
Edificações e benfeitorias	4%	45.593	(24.584)	21.009	22.086	9.161
Equipamentos e outros bens	5,51%	4.823.549	(1.982.819)	2.840.731	2.974.893	3.274.525
Paradas programadas	-	243.160	(100.438)	142.722	44.402	53.312
Projeto de expansão (em andamento)	-	915.466	(2.107.840)	3.924.442	464.737	345.594
		6.032.282	(4.015.681)	2.016.601	3.510.632	3.687.106



## B. MOVIMENTAÇÃO DE CUSTOS

	31/12/2010					CUSTO
	CUSTO	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	CAPITALIZADOS	
Terrenos	4.514	-	-	-	-	4.514
Edificações e benfeitorias	45.593	-	-	-	-	45.593
Equipamentos e outros bens	4.750.080	2.634	(160)	70.995	-	4.823.549
Paradas programadas	116.114	127.046	-	-	-	243.160
Projeto de expansão (em andamento)	464.737	497.251	-	(70.995)	24.473	915.466
	5.381.038	626.931	(160)	-	24.473	6.032.282

	2010					CUSTO
	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	CAPITALIZADOS	JUROS	
Terrenos	-	-	-	-	-	4.514
Edificações e benfeitorias	-	-	-	-	13.883	45.593
Equipamentos e outros bens	5.300	(592)	133.617	-	-	4.750.080
Paradas programadas	13.848	-	-	-	-	116.114
Projeto de expansão (em andamento)	252.753	-	(147.500)	-	13.890	464.737
	271.901	(592)	-	-	13.890	5.381.038

	31/01/2009					CUSTO
	CUSTO	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	CAPITALIZADOS	
Terrenos	4.514	-	-	-	-	4.514
Edificações e benfeitorias	31.710	-	-	-	-	45.593
Equipamentos e outros bens	4.611.755	5.300	(592)	133.617	-	4.750.080
Paradas programadas	102.266	13.848	-	-	-	116.114
Projeto de expansão (em andamento)	345.594	252.753	-	(147.500)	13.890	464.737
	5.095.839	271.901	(592)	-	13.890	5.381.038

## C. MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIÇÃO

	31/12/2010		2010		DEPRECIÇÃO
	DEPRECIÇÃO	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIÇÃO	
Edificações e benfeitorias	(23.507)	(1.077)	-	-	(24.584)
Equipamentos e outros bens	(1.775.187)	(207.790)	159	-	(1.982.818)
Paradas programadas	(1.870.406)	(28.726)	-	-	(1.900.438)
	(1.870.406)	(237.593)	159	-	(2.107.840)

	31/12/2009		2009		DEPRECIÇÃO
	DEPRECIÇÃO	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIÇÃO	
Edificações e benfeitorias	(22.549)	(958)	-	-	(23.507)
Equipamentos e outros bens	(1.337.230)	(438.547)	590	-	(1.775.187)
Paradas programadas	(48.954)	(22.758)	-	-	(71.712)
	(1.408.733)	(462.263)	590	-	(1.870.406)

Os juros e encargos financeiros calculados sobre os passivos (nota explicativa nº 13), relativos a aquisições do ativo imobilizado (projetos em expansão), foram capitalizados como custo desses ativos até a sua imobilização, a uma taxa média de capitalização de 4,17% a.a. em 2010 (5,32% a.a em 2009).

## 11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
IDMS	105.599	119.238	119.271
Cide	64.668	65.244	35.022
PIS/Pasep	9.047	6.474	7
Cofins	41.837	29.993	34
Imposto de renda e contribuição social	11.386	28.866	2.858
Imposto sobre serviços	5.575	1.180	722
Outros	648	475	423
	238.780	251.470	158.337

## 12 IMPOSTOS DIFERIDOS

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas trimestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Provisão para contingências	291	387	196
Provisão para perda de estoques	108	1.118	13.408
Provisão para fundo de pensão – Petros	8.352	5.912	5.201
Provisão para participação de lucros	6.222	5.689	-
Varição cambial	(9.282)	(19.334)	194.741
Prejuízo fiscal	363.700	383.383	485.827
Diferença de vidas úteis – depreciação	(80.455)	-	-
Capitalização de custo de empréstimos	(12.582)	(4.170)	-
Outros	5.420	5.509	13.805
Ativo não circulante	(384.094)	(401.997)	(713.178)
Passivo não circulante	102.300	23.503	-

Considerando que a Companhia não tem montantes reconhecidos como outros resultados abrangentes, as movimentações do efeito patrimonial dos impostos diferidos foram refletidos no resultado do exercício.

## Realização do prejuízo fiscal, do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A compensação do prejuízo fiscal de R\$ 1.428.904 apurado durante o exercício de 2008, que originou imposto de renda e da contribuição social diferidos no montante de R\$ 485.827, adicionado das diferenças temporárias líquidas, ocorrerá baseada em lucros futuros da Companhia, e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Durante o exercício de 2010 foi compensado o montante de R\$ 19.684 (R\$ 102.444 em 2009) de imposto de renda e da contribuição social diferidos originados do referido prejuízo fiscal.

A compensação do saldo remanescente realizar-se-á no prazo máximo de 10 anos conforme projeções atualizadas do Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Futuros, elaborado em 2008 e revisado em 2009 e 2010, conforme determina a Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, sendo examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pela Administração da Companhia.

Os prejuízos fiscais acumulados da Companhia não têm data de prescrição, conforme legislação fiscal vigente.

Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 não há ativos ou passivos fiscais diferidos não reconhecidos pela Companhia.

## 13 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

## a) Financiamentos

A Companhia realiza operações de financiamento das compras de petróleo: Financiamento de Importação – FINIMP -, Nota de Crédito Exportação – NCE -, Adiantamento Contrato de Câmbio – ACC- e Pré Pagamento de Exportações – PPE.

Os saldos de financiamentos estão demonstrados como segue:

Em 31 de dezembro de 2010

FINIMP	TAXA MÉDIA	PRAZO MÉDIO	VALOR CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL
INSTITUIÇÃO	NOMINAL a.a.	EM DIAS	EM US\$	EM R\$
Bradesco	0,87%	153	291.081	484.998
Itaú BBA	-	-	-	-
Banco do Brasil	0,90%	151	252.485	420.657
J P Morgan	-	-	-	-
Saldo nesta data			543.566	905.655
Juros apropriados			704	1.173

PPE	TAXA MÉDIA	PRAZO MÉDIO	VALOR CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL
INSTITUIÇÃO	NOMINAL a.a.	EM ANOS	EM US\$	EM R\$
Santander	Libor + spread	5	101.524	169.160
Saldo nesta data			101.524	169.160
Juros apropriados			1.524	2.540

NCE	TAXA MÉDIA	PRAZO MÉDIO	VALOR CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL
INSTITUIÇÃO	NOMINAL a.a.	EM ANOS	EM US\$	EM R\$
Banco do Brasil	109,45% CDI	5	-	623.493
HSBC	105,25% CDI	1	-	313.732
Saldo nesta data			-	937.225
Juros apropriados			-	37.225
Saldo nesta data			-	2.012.040
No circulante			-	(1.245.420)
No não circulante			-	766.620

Em 31 de dezembro de 2009

FINIMP INSTITUIÇÃO	TAXA MÉDIA NOMINAL a.a.	PRAZO MÉDIO EM DIAS	VALOR EM US\$	VALOR EM R\$
Banco do Brasil LN	1,52%	152	300.208	522.719
Banco do Brasil NY	1,44%	151	79.521	138.461
Bradesco	1,85%	161	570.362	993.114
Safra	1,29%	151	76.415	133.053
Itaú BBA	1,28%	154	152.220	265.046
Saldo nesta data			1.178.724	2.052.393
Juros apropriados			4.097	7.134

PPE INSTITUIÇÃO	TAXA MÉDIA NOMINAL a.a.	PRAZO MÉDIO EM ANOS	VALOR EM US\$	VALOR EM R\$
Santander	Libor + spread	5	102.570	178.596
Saldo nesta data			102.570	178.596
Juros apropriados			2.570	4.476
Saldos nesta data				2.230.989
No circulante				(2.056.869)
No não circulante				174.120

As operações de FINIMP, NCE, ACC e PPE contratadas, não requerem garantias ou avais da Companhia, de sua Controladora ou de seus Diretores.

No período de janeiro a setembro de 2010, a Refap emitiu Notas de Crédito à Exportação, no valor total R\$ 900.000, que se destinam exclusivamente a reforço do capital de giro visando à produção de bens exportáveis. Os encargos financeiros são capitalizados mensalmente e pagos semestralmente, exceto a Nota de Crédito nº 672/693/694-10, cujos encargos serão pagos no vencimento:

Nº NOTA DE CRÉDITO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR CONTRATADO	DATA CONTRATAÇÃO	VENCIMENTO	JUROS
300.590.796	Banco do Brasil S.A.	300.000	10/2/2010	16/1/2015	109,5% CDI
300.590.804	Banco do Brasil S.A.	300.000	5/3/2010	6/2/2015	109,4% CDI
672-10	HSBC Bank Brasil S.A.	150.000	6/6/2010	6/6/2011	105,0% CDI
693-10	HSBC Bank Brasil S.A.	75.000	13/9/2010	8/9/2011	105,5% CDI
694-10	HSBC Bank Brasil S.A.	75.000	23/9/2010	8/9/2011	105,5% CDI

b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

b.1) Em 2 de agosto de 2006 a Assembléa Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A. aprovou a emissão privada de 852,6 milhões de debêntures simples, nominativas, privadas e escriturais no montante de R\$ 852.600, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais processada.

A emissão tem as seguintes características\*: emissão em 31 de agosto de 2006 com amortização em 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP +3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES +2,3% a.a.

\* (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23/06/2006).

Em 30 de agosto de 2006, foi assinado o Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada.

Em garantia às debêntures emitidas a Companhia possui vinculada uma conta de cessão de receitas, provenientes da venda de derivados de petróleo de seus principais clientes, bem como uma conta de aplicação financeira em fundos de investimento com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a qual deve ter como saldo, no mínimo, três vezes o valor da soma da última parcela vencida da amortização do principal e acessórios.

O fundo de investimento está vinculado à emissão das debêntures. A Companhia mantém como garantia do empréstimo na conta vinculada o montante de três vezes o valor da soma da última parcela vencida da amortização do principal e acessórios.

b.2) Em 27 de maio de 2008 a Assembléa Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A., autorizou a 2ª emissão de até 507.989 debêntures simples, privadas, não conversíveis e nominativas pela Companhia, em quatro séries, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 507.989 mil.

A emissão visa a modernização do parque industrial com implantação

das unidades de Tratamento de Gasolina (HDS), de Tratamento de Diesel (USD) e de Aditivção de Diesel, além de relocação de dutos, adequação de tanques, substituição de chaves seccionadoras das subestações transformadoras elétricas e dos ciclones do regenerador da Unidade de Craqueamento Catalítico, reconstrução do prédio da área financeira e ampliação do refeitório.

As debêntures têm as seguintes características: emissão em 30 de maio de 2008 em quatro séries: a 1ª série de 12.352 debêntures; a 2ª série de 111.169 debêntures, com prazo de amortização em 96 meses a partir de 15 dias do término da carência em 15/10/2009. A 3ª série de 38.447 debêntures com prazo de 90 meses e a 4ª série de 346.021 debêntures, com prazo de 78 meses. O prazo a que se refere a 3ª e 4ª subscrição inicia-se a partir de 15 dias do término da carência, que é de 35 e 45 meses, respectivamente.

Sobre as debêntures da 1ª e 3ª séries incidirão juros à taxa de 1,96% a. a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,46% a. a. acima da TJLP O montante correspondente a parcela da TJLP que vier a exceder 6% a. a. será capitalizado.

Colocação: A operação de subscrição será exclusiva da 1ª e 3ª séries para a BNDESPAR e a 2ª e 4ª séries para o BNDES. O prazo de subscrição da 1ª e da 2ª séries será de até 14 meses da data de emissão, da 3ª e 4ª séries será de 45 meses da data de emissão. Cada série será subscrita após o término da subscrição da série anterior. Caso não ter havido a subscrição da totalidade ou a prorrogação do prazo, a Companhia deverá cancelar o saldo não subscrito. O BNDES autorizou, em julho de 2009, a prorrogação do prazo máximo de subscrição das debêntures da 2ª emissão em mais 12 meses: a 2ª série até 30 de julho de 2010 e das 3ª e 4ª séries até 28 de fevereiro de 2012.

Para assegurar o pontual pagamento de quaisquer obrigações decorrentes das debêntures foram constituídas as seguintes garantias:

a) Garantia Flutuante - é assegurado privilégio geral sobre o ativo da Companhia;  
b) Abertura de Conta Reserva em contas correntes indicadas pelo BNDES e BNDESPAR e c) Vinculação e cessão de receitas provenientes da venda de derivados.

Em julho de 2008 foram subscritas e integralizadas 12.352 debêntures da 1ª série e 18.460 debêntures da 2ª série da segunda emissão. Da 2ª série da segunda emissão foram subscritas, 24.046 debêntures em outubro de 2008, 24.419 debêntures em junho de 2009 e 44.244 debêntures em dezembro de 2009. Da 3ª série da 2ª emissão foram subscritas e integralizadas a totalidade de 38.447 debêntures. Quanto à 4ª série da 2ª emissão, foram subscritas e integralizadas 39.795 debêntures em Agosto de 2010 e 107.475 debêntures em Novembro de 2010, restando um saldo a subscrever de 198.751 debêntures a serem subscritas pelo BNDES.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

BNDES - DEBÊNTURES	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Saldo inicial	722.736	733.968	758.507
Adições	209.183	186.577	54.841
Juros, atualizações monetárias	(3.559)	(22.069)	94.726
Amortizações/Baixas	(193.947)	(175.740)	(174.106)
Saldo final	734.413	722.736	733.968
No circulante	(161.884)	(144.287)	(120.064)
No não circulante	572.529	578.449	613.904

b.3) Nota de Crédito Industrial - NCI: A Companhia emitiu Notas de Crédito Industrial de nº 40/00627-1 em 19 de agosto de 2009 e nº 40/00646-8 em 15 de outubro de 2009, no valor de R\$ 50.000 e R\$ 150.000, respectivamente, em favor do Banco do Brasil S/A, a ser provido com recursos do Programa Especial de Crédito - PEC - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES.

O valor do crédito destina-se única e exclusivamente para financiamento de capital de giro. Após o período de carência, o valor será pago em 24(vinte e quatro) prestações mensais. A NCI 40/00627-1 tem como vencimento da primeira prestação em 15.10.2010 e a última em 15.09.2012, e a NCI 40/00646-8 vencimento da primeira prestação 15.12.2010 e da última 15.11.2012, correspondendo cada uma delas ao resultado da divisão do saldo devedor pelo número de parcelas a pagar.

Os juros serão devidos à taxa anual de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos percentuais) na NCI nº 40/00627-1 e de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos percentuais) na NCI 40/00646-8, a título de "spread", acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP -, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstradas a seguir:

15



## NOTA DE CRÉDITO INDUSTRIAL

BNDES - PEC

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Saldo inicial	204.127	-	-
Adições	-	200.000	-
Encargos	17.988	4.127	-
Amortização	( 12.500)	-	-
	209.615	204.127	-
No circulante	(120.600)	(20.720)	-
No não circulante	89.015	183.407	-

## 14 FORNECEDORES

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Empresas ligadas	35.001	268.691	2.591.248
Sociedade controladora indireta	203.351	90.517	45.475
Outros fornecedores	235.134	84.370	223.291
Total	473.486	443.578	2.860.014

## 15 Provisões e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, no montante de R\$ 855.

A Companhia também responde por processos administrativos e judiciais em andamento para os quais, baseados na opinião de seus assessores jurídicos, o montante de R\$ 25.200 (R\$ 22.806 em 2009) foi considerado como risco possível e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para estas contingências.

## 16 Benefícios concedidos a empregados

## a. Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

## ■ Plano Petros

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2009, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, as subsidiárias Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Química S.A. (Petroquisa), e a Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

O contrato de adesão da Companhia, como patrocinadora da Fundação Petros, foi assinado em 1º de junho de 2001 e homologado em 20 de março de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. Com os mais recentes ajustes regulamentares o Plano Petros passou a receber das empresas patrocinadoras contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e as perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e dos ativos estimados com base em premissas atuariais e os efetivamente incorridos são considerados na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro-TCF, em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao Plano de Pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas-AOR firmado pelas patrocinadoras e Entidades Sindicais. Os compromissos dos TCF tem prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado.

A obrigação assumida pela Companhia através do Termo de Compromisso Financeiro, representa uma contrapartida às concessões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação a forma de reajuste dos benefícios e ao encerramento dos litígios existentes.

## ■ Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007 a Companhia implementou o novo plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, denominado Plano Petros 2, para os empregados sem previdência complementar.

As patrocinadoras Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - REFAP S.A. assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do Serviço Passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadora.

## b. Plano de Saúde

## ■ Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e Alberto Pasqualini - REFAP S.A., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

## c. Movimentação dos valores provisionados:

VARIACÃO DAS OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS	2010			2009		
	PENSIÃO	ASSISTÊNCIA	SUPLETIVA	PENSIÃO	ASSISTÊNCIA	SUPLETIVA
	PETROS	PETROS		PETROS	PETROS	
	ED	CV**		ED	CV**	
Valor presente da obrigação atuarial						
1º de janeiro do exercício	355.293	4.809	51.032	291.690	3.020	34.405
Custo dos juros	39.876	949	2.760	32.511	392	4.468
Custo do serviço corrente	4.198	1.029	2.808	707	689	2.020
Contribuições pagas pelos empregados	5.020	(1.055)	-	5.829	342	-
Contribuições pagas pela empresa	-	-	(431)	-	-	(859)
Benefícios pagos	(3.999)	(40)	-	(3.562)	(52)	-
(Ganho)/Perda atuarial líquida reconhecida	19.767	-	8.420	68.118	418	10.998
Valor presente da obrigação atuarial						
31 de dezembro do exercício	420.135	6.198	67.589	355.293	4.809	51.032

VARIACÃO DOS ATIVOS DO PLANO	2010			2009		
	PENSIÃO	ASSISTÊNCIA	SUPLETIVA	PENSIÃO	ASSISTÊNCIA	SUPLETIVA
	PETROS	PETROS		PETROS	PETROS	
	ED	CV		ED	CV	
Valor justo dos ativos do plano						
1º de janeiro do exercício	256.834	2.316	-	211.967	970	-
Reajustamento separado dos ativos do plano	45.618	217	-	38.297	806	-
Contribuições recebidas pelo fundo	11.756	-	-	9.832	684	-
Benefícios pagos	(3.999)	(40)	-	(3.562)	(52)	-
Ganho atuarial sobre os ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Plano dos invest. Diferentes do separado	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	310.210	2.493	-	236.634	2.316	-

## Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis

Valor presente das obrigações em						
Excesso ao valor justo dos ativos	109.916	3.693	67.989	98.459	2.466	51.032
(Ganho) Perda atuarial não reconhecida	(59.040)	302	(19.978)	(59.143)	240	(10.998)
Custo do serviço passado não reconhecido	(992)	(1.197)	(407)	(1.105)	(1.275)	(449)
Passivo atuarial líquido	50.884	2.798	48.204	41.211	1.458	39.585
(-) Total do circulante	( 6.140)	( 444)	( 1.052)	( 6.222)	( 403)	( 752)
Não circulante	44.744	2.354	47.152	34.989	1.055	38.833

## Movimentação dos valores provisionados:

	2010			2009		
	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Saldo em 1º de janeiro	41.211	1.458	39.585	38.505	789	39.914
(+) Custos incorridos no período	16.409	1.340	9.050	6.709	1.011	6.530
(-) Pagamento de contribuições	( 6.796)	-	( 401)	( 4.000)	( 342)	( 656)
Saldo em 31 de dezembro	50.884	2.798	48.204	41.211	1.458	39.585

A despesa líquida com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e Pensionistas, para o exercício de 2010, segundo critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 600/10 e de acordo com Atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	2010			2009		
	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Custo do serviço corrente	41.618	1.023	2.908	707	669	2.020
Custo dos juros	39.276	543	5.760	32.911	392	4.469
Rendimento dos ativos do plano	(29.741)	(310)	-	(26.622)	(148)	-
Custos de amortização	-	-	-	-	-	-
Custo Serviços Passados	113	78	42	113	78	42
Custos parcelas CD	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento (Ganhos)/Perdas	1.395	-	440	-	-	-
Custo líquido no exercício	16.409	1.340	9.050	6.709	1.011	6.530

A atualização das provisões foi registrada no resultado do exercício, conforme abaixo:

	2010			2009		
	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PENSIÕES PETROS ID	ASSISTÊNCIA PETROS CV	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Abatido no custo das						
Atividades operacionais	11.789	1.179	7.775	4.646	890	3.889
Diretamente no resultado	4.620	161	1.275	2.063	121	645
	16.409	1.340	9.050	6.709	1.011	6.530

\* Benefício definido - \*\* Contribuição variável

As principais premissas adotadas no cálculo das empresas brasileiras foram as seguintes:

MODALIDADE	PREMISSA ATUAL
Plano de benefício (período e saúde)	Benefício definido/Contribuição variável e Assistência Médica Supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábua de mortalidade	AT2000*
	Invalidez TASA 1927
Tábua de mortalidade de investidos	AT49*
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade MAS	% médio anual de desligamento**
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros de 11,52% a 10,46% a.a. decrescente****
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros de 12,44% a 11,37% a.a. decrescente****
Crescimento salarial	784% a 6,82% a.a. decrescente****
Inflação de longo prazo e Crescimento da benefícios	5,30% a 4,30% a.a. decrescente, constante a partir de 2018
Inflação médica	799% a 4,30% a.a. decrescente até 2041

(\*) Separação por sexo (masculino e feminino).

(\*\*) Variável de acordo com a idade e tempo de serviço.

(\*\*\*) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de médio e longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

(\*\*\*\*) Taxas a partir de 2015 são constantes.

## d. Participação dos empregados nos resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados, disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Desta forma, no exercício de 2010, foram provisionados R\$ 18.300 (R\$ 16.732 em 2009), a título de participação dos empregados. O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle de Empresas Estatais – CCE, vinculado ao Ministério do Planejamento.

## 17 Patrimônio líquido

## a. Capital social

O capital social é composto por 671.902.601 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá proceder a aumentos de capital por deliberação do Conselho de Administração, Independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

## b. Participação acionária

O capital social da Companhia está distribuído entre os seguintes acionistas:

■ Downstream Participações Ltda. – controlada da PETROBRAS  
100,0 %

## c. Reserva de lucros

## ■ Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## ■ Reserva de retenção de lucros

Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento, a retenção no valor de R\$ 490.813, dos quais R\$ 183.367 em 2010, terá por finalidade suprir recursos dentro do plano de investimentos aprovado para 2011, relativos à modernização ambiental e tecnológica da planta industrial da Companhia, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

## ■ Reserva especial de dividendos

A reserva especial de dividendos, no valor R\$ 201.218, sendo R\$ 98.736 relativo ao exercício de 31 de dezembro de 2010, será submetida à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, conforme facultado pelo artigo 202 parágrafos 4 e 5 da Lei das Sociedades por Ações.

A retenção tem por finalidade suprir a necessidade de recursos financeiros projetados para o exercício de 2011.

Essa proposição será objeto de apreciação pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia que emitirá parecer específico em conformidade com a legislação vigente.

## d. Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da lei 6.404/76.

O dividendo calculado sobre o lucro líquido em 2010, e a composição do resultado de 2009 pode ser assim demonstrado:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	262.071	1.099.169
Ajustes de transição aos CPCs	34.880	-
Prejuízo Acumulado	-	(667.666)
Lucro líquido ajustado	296.951	431.503
(-) Reserva legal	(14.846)	(21.575)
Base cálculo para dividendos propostos	282.103	409.928
Dividendos propostos sobre o lucro líquido ajustado	98.736	102.482
Dividendos por lote de mil ações em reais	146,95	152,53

A proposta de retenção do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em reserva especial de dividendos está sendo encaminhada para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária conforme facultado pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

## 18 Instrumentos financeiros

### a) Riscos de crédito

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	VALOR CONTÁBIL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	238.957	329.905	190.552
Depósito vinculado	80.110	74.409	54.948
Contas a receber de clientes	389.953	353.063	313.221
<b>Total</b>	<b>689.020</b>	<b>757.377</b>	<b>558.721</b>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	VALOR CONTÁBIL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Nacional	605.837	722.712	438.725
Exterior	83.183	34.665	119.996
<b>Total</b>	<b>689.020</b>	<b>757.377</b>	<b>558.721</b>

Os valores referentes a contas a receber no mercado externo são integralmente referentes à partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 9.

O cliente mais relevante da Companhia também é uma parte relacionada, sendo uma distribuidora do mesmo grupo empresarial que a controladora final da Companhia, responsável por R\$ 85.237 dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 80.815 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 82.334 em 01 de janeiro de 2009).

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não vencidos	386.461	352.041	281.751
Vencidos há 0-30 dias	2.825	122	20.001
Vencidos há mais de 30 dias	667	900	1.469

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. Desta forma não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável.

### b) Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 DE DEZEMBRO DE 2010	VALOR CONTÁBIL	FLUXO DE CAIXA CONTRATUAL	12 2 3 4 5 ANOS				EM ANOS
			MESES	ANOS	ANOS	ANOS	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS</b>							
Financiamentos	2.012.040	2.317.124	1.311.431	71.524	237.032	68.271	628.866
Debêntures	724.413	921.402	185.296	193.569	194.110	170.611	187.327
Financiamentos capital de giro	209.615	229.970	127.673	102.297	-	-	-
<b>Passivos financeiros com sociedade controladora indireta</b>							
Fornecedores	182.932	187.793	63.631	62.598	61.564	-	-
Fornecedores	473.488	473.486	473.486	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.012.468</b>	<b>4.129.773</b>	<b>2.102.007</b>	<b>429.987</b>	<b>462.705</b>	<b>238.882</b>	<b>816.193</b>

31 DE DEZEMBRO DE 2009	VALOR CONTÁBIL	FLUXO DE CAIXA CONTRATUAL	12 2 3 4 5 ANOS				EM ANOS
			MESES	ANOS	ANOS	ANOS	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS</b>							
Financiamentos	2.230.989	2.224.335	2.052.667	3.696	2.606	179.276	-
Debêntures	722.736	903.622	189.831	172.838	163.007	151.060	227.856
Financiamentos capital de giro	204.127	246.600	16.630	127.673	102.297	-	-
<b>Passivos financeiros com sociedade controladora indireta</b>							
Fornecedores	223.917	231.625	59.322	58.383	57.434	36.486	-
Fornecedores	443.378	443.378	443.378	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.025.347</b>	<b>4.079.780</b>	<b>2.772.328</b>	<b>364.500</b>	<b>320.344</b>	<b>381.822</b>	<b>227.856</b>

### c) Risco cambial

#### Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

31 DE DEZEMBRO DE 2010	EM MILHARES DE REAIS	
	YEN	USD
Contas a receber de clientes e outros ativos financeiros	-	(83.183)
Empréstimos e financiamentos	-	1.161.101
Passivos financeiros com sociedade controladora indireta	182.932	-
Contas a pagar e outros passivos financeiros	-	151.321
<b>Exposição do balanço patrimonial</b>	<b>182.932</b>	<b>1.229.239</b>

31 DE DEZEMBRO DE 2009	EM MILHARES DE REAIS	
	YEN	USD
Contas a receber de clientes e outros ativos financeiros	-	(34.665)
Empréstimos e financiamentos	-	2.334.985
Passivos financeiros com sociedade controladora indireta	223.917	-
Contas a pagar e outros passivos financeiros	-	242.771
<b>Exposição do balanço patrimonial</b>	<b>223.917</b>	<b>2.543.091</b>

1 DE JANEIRO DE 2009	EM MILHARES DE REAIS	
	YEN	USD
Contas a receber de clientes e outros ativos financeiros	-	(119.996)
Empréstimos e financiamentos	-	1.323.579
Passivos financeiros com sociedade controladora indireta	383.994	-
Contas a pagar e outros passivos financeiros	-	2.738.371
<b>Exposição do balanço patrimonial</b>	<b>383.994</b>	<b>3.941.954</b>

As seguintes taxas de câmbio aplicadas durante o ano:

REALS	TAXA MÉDIA		TAXA À VISTA NA DATA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
	2010	2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
USD	1,7602	1,9972	1,6662	1,7412	2,3370

### Análise de sensibilidade

Um fortalecimento do Real, como indicado abaixo, contra USD em 31 de dezembro, teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo considerando a exposição líquida em aberto em 31 de dezembro de cada ano indicado abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2009, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo:

31 de dezembro de 2010		PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO DO EXERCÍCIO
R\$/USD (R\$/0,10)		91.780

31 de dezembro de 2009		PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO DO EXERCÍCIO
R\$/USD (R\$/0,10)		216.726

Uma desvalorização do Real contra o dólar, em 31 de dezembro, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto efeito sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes.



#### d) Risco de taxa de juros Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	VALOR CONTÁBIL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>	<b>905.855</b>	<b>2.052.393</b>	<b>780.713</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Passivos financeiros	905.855	2.052.393	780.713
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	<b>2.298.418</b>	<b>1.418.337</b>	<b>1.381.450</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Passivos financeiros	248.006	312.878	176.070
Passivos financeiros	2.050.412	1.105.459	1.185.380

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa  
O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

#### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 2009.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE FLUXO DE CAIXA (100BP)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	2010	209
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	10.250	8.061
Alteração nas taxas de juros sobre aplicações financeiras	2.280	2.442

#### e) Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

EM MILHARES DE REAIS	31 DE DEZEMBRO DE 2010		31 DE DEZEMBRO DE 2009	
	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO
Depósitos vinculados	80.110	80.110	74.409	74.409
Caixa e equivalentes de caixa	238.957	238.957	329.905	329.905
Empréstimos e financiamentos	2.958.067	2.968.423	3.157.853	3.163.473

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações contábeis.

#### 19 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2010	2009
<b>Receita bruta fiscal</b>	<b>12.998.473</b>	<b>12.748.822</b>
Menos:		
Impostos sobre vendas	(3.678.773)	(3.405.249)
Devoluções e abatimentos	( 88.228)	( 124.396)
<b>Total da receita contábil</b>	<b>9.231.472</b>	<b>9.219.177</b>

#### 20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2010	2009
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Juros	154.264	193.665
Variações monetárias passivas	18.617	106.773
Variações cambial líquida	48.014	29.208
<b>Total</b>	<b>220.895</b>	<b>329.646</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Juros	33.012	38.208
Variações monetárias ativas	4.561	122.097
Variações cambial líquida	99.689	881.133
<b>Total</b>	<b>137.262</b>	<b>1.041.438</b>

#### 21 Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2010	2009
<b>DESPESA DE IMPOSTO CORRENTE</b>		
Período corrente	44.633	235.290
<b>DESPESA DE IMPOSTO DIFERIDO</b>		
Originação e reversão de diferenças temporárias	77.015	232.240
Utilização de prejuízos fiscais reconhecidos anteriormente	19.684	102.444
<b>Total de despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>141.332</b>	<b>569.974</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2010	2009
<b>Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social e participações</b>	<b>421.703</b>	<b>1.692.397</b>
Participação dos empregados	(18.300)	(16.732)
<b>Lucro contábil antes da tributação, deduzida a participação de empregados</b>	<b>403.403</b>	<b>1.675.665</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:</b>		
Pela alíquota fiscal combinada	137.157	569.726
<b>ADIÇÕES PERMANENTES, LÍQUIDAS</b>		
Despesas não dedutíveis	5.480	3.994
Incentivos fiscais	(1.281)	(2.722)
<b>RECEITAS ISENTAS DE IMPOSTOS</b>		
Outros itens	(24)	(24)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		
No resultado do exercício	141.332	569.974
Alíquota efetiva	35%	34%

#### 22 Outras despesas

	2010	2009
Despesas tributárias	7.206	9.385
Participação de empregados	18.300	16.732
Outros	27.154	28.520
<b>Total</b>	<b>52.660</b>	<b>54.637</b>

#### 23 Despesas por natureza

	2010	2009
Depreciação e amortização	(237.820)	(482.485)
Despesas com pessoal	(135.451)	(116.148)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(7.832.936)	(7.194.781)
Despesas com benefícios empregados	(34.554)	(21.273)
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais	( 459.232)	( 445.846)
<b>Total</b>	<b>(8.699.930)</b>	<b>(8.240.533)</b>
Despesas de vendas	(70.729)	(94.799)
Despesas administrativas	(30.093)	(25.756)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(8.599.171)	(8.119.978)
<b>Total</b>	<b>(8.699.930)</b>	<b>(8.240.533)</b>

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice cobre, inclusive, os danos provenientes de poluição, desde que de origem súbita e accidental.

As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes nesta data podem ser assim demonstradas:

ATIVO	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Prédios	141.648
Unidades de processo	4.205.674
Tanques e esferas	999.209
Dutos / Utilidades / auxiliares	459.458
	5.805.989

## 25 Informações adicionais aos fluxos de caixa

	2010	2009
VALORES PAGOS DURANTE O EXERCÍCIO		
Juros pagos, líquido do montante capitalizado	127.904	235.109
Imposto de renda e contribuição social	42.965	225.811
Imposto de renda retido na fonte sobre receita	93	105
Total	170.962	461.025

## 26 Alteração práticas contábeis decorrentes da implantação de novas normas emitidas pelo CPC

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia conforme apresentado no item (b) abaixo.

Normas CPC emitidas adotadas no exercício de 2010 aplicáveis às operações da Companhia

- CPC 16 – Estoques
- CPC 20 – Custos de Empréstimos
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subseqüente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 33 – Benefícios a Empregados
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43
- ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia para as novas normas).

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2009(*)		31/12/2009	
	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	190.552	190.552	329.905	329.905
Depósitos vinculados	54.948	54.948	74.409	74.409
Contas a receber de clientes	313.221	313.221	353.063	353.063
Estoques	639.935	639.935	766.880	766.880
Imposto a recuperar e diferidos	502.599	-	123.880	-
Imposto a recuperar	-	172.286	-	92.823
Outros créditos	14.724	14.724	21.491	21.491
	1.715.979	1.385.666	1.669.428	1.638.571
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto a recuperar e diferidos	403.062	-	398.057	-
Imposto a recuperar	-	18.666	-	25.386
Impostos diferidos	-	713.178	-	401.997
Depósitos judiciais	1.376	1.376	1.420	1.420
Adiantamento a fornecedores	-	4.979	-	66.677
Investimentos	1.000	1.000	-	-
Imobilizado	3.682.085	3.687.106	3.565.046	3.510.632
Intangível	588	588	468	468
Total do ativo não circulante	4.098.111	4.426.893	3.964.991	4.006.580
Total do ativo	5.814.090	5.812.559	5.634.419	5.645.151

(\*) Data da adoção inicial

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2009(*)		31/12/2009	
	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Financiamentos	998.425	998.425	2.056.869	2.056.869
Debêntures	120.064	120.064	144.287	144.287
Financiamentos capital de giro	-	-	20.720	20.720
Fornecedores	2.860.014	2.860.014	443.578	443.578
<b>Impostos e contribuições</b>				
a recolher e diferidos	158.337	-	270.804	-
Impostos e contribuições a recolher	-	158.337	-	251.470
Salários, férias a pagar e participações	22.779	22.779	40.696	40.696
Planos de pensão e de saúde	7.650	8.590	7.377	7.377
Outras contas a pagar	56.712	55.772	55.499	55.499
	4.223.981	4.223.981	3.039.830	3.020.496
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Sociedade controladora indireta	415.665	415.665	223.917	223.917
Financiamentos	233.700	233.700	174.120	174.120
Debêntures	613.904	613.904	578.449	578.449
Financiamentos capital de giro	-	-	183.407	183.407
Plano de pensão	35.747	31.243	40.547	36.043
Plano de saúde	58.759	33.374	62.646	38.833
Impostos diferidos	-	-	-	23.503
	1.357.775	1.327.886	1.263.086	1.258.272
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	900.000	900.000	900.000	900.000
Reserva legal	-	-	21.575	21.575
Reservas de lucros	-	-	307.446	307.446
Reserva especial de dividendos	-	-	102.482	102.482
Lucro (prejuízo) acumulado	(667.666)	(638.308)	-	34.880
	232.334	260.692	1.331.503	1.366.383
Total do passivo e patrimônio líquido	5.814.090	5.812.559	5.634.419	5.645.151

(\*) Data da adoção inicial



	31/12/2009 (**)	
	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs
RECEITA	9.219.177	9.219.177
CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(8.119.978)	(8.119.978)
LUCRO BRUTO	1.099.199	1.099.199
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Outras receitas	39.866	39.866
Despesas de vendas	(94.799)	(94.799)
Despesas administrativas	(25.756)	(25.756)
Outras despesas	(53.065)	(54.637)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
LÍQUIDAS E IMPOSTOS	965.445	963.873
Receitas financeiras	1.041.438	1.041.438
Despesas financeiras	(341.909)	(329.646)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.664.974	1.675.665
Imposto de renda e contribuição social	(565.805)	(569.974)
RESULTADO DO PERÍODO	1.099.169	1.105.691
RESULTADO POR AÇÃO		
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)	1,6359	1,6456
Quantidade de ações ao final do exercício	671.902.601	671.902.601

(\*\*) Veja comentários sobre reclassificações mencionadas no item (c) abaixo.

	31/12/2009	
	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.099.169	1.105.691
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	462.485	462.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	330.515	334.684
Encargos financeiros sobre financiamentos/debêntures	(218.347)	(232.237)
Encargos financeiros sobre financiamentos - ligadas	(90.164)	(80.164)
Provisão ajuste a valor líquido de realização de estoques	(36.148)	(36.148)
Planos de pensão e de saúde	6.768	8.340
Residual do ativo imobilizado baixado	2	2
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS SALDOS ATIVOS		
Clientes	(11.604)	(11.604)
Clientes - ligadas	(28.238)	(28.238)
Estoques	(90.797)	(80.797)
Impostos a recuperar	72.743	72.743
Demais contas a receber	(26.272)	(83.666)
(REDUÇÃO) AUMENTO NOS SALDOS PASSIVOS		
Fornecedores	(138.921)	(138.921)
Fornecedores - ligadas	(2.277.515)	(2.277.515)
Impostos e contribuições sociais	93.133	93.133
Demais contas a pagar	18.350	18.350
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(834.841)	(893.862)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado e intangível	(334.328)	(275.307)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(334.328)	(275.307)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Amortização financiamentos - ligadas	(101.584)	(101.584)
Captação financiamentos e debêntures	3.780.948	3.780.948
Amortização financiamentos e debêntures	(2.370.842)	(2.370.842)
Caixa e equivalentes de caixa líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	1.308.522	1.308.522
	139.353	139.353

	CONFORME DIVULGADO	AJUSTADO AOS CPCs
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	190.552	190.552
No fim do exercício	329.905	329.905
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	139.353	139.353
Reconciliação do patrimônio líquido	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido divulgado	232.334	1.331.503
Capitalização do custo de empréstimo (a)	-	12.263
Benefícios pós-aposentadorias (b)	29.889	28.317
Impostos diferidos (d)	(1.531)	(5.700)
Patrimônio líquido ajustado	260.692	1.366.383
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO		31/12/2009
Lucro líquido divulgado		1.099.169
Capitalização do custo de empréstimo (a)		12.263
Benefícios pós-aposentadorias (b)		(1.572)
Impostos diferidos (d)		( 4.169)
Lucro líquido ajustado		1.105.691

No balanço de adoção aos novos pronunciamentos emitidos pelos CPCs, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37 e CPC 43, e estão apresentadas a seguir, juntamente com a explicação dos demais efeitos da adoção inicial:

**a) Capitalização de custos de empréstimos**

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, adotando assim, a isenção prevista nos CPCs de não alterar retroativamente o critério de apuração dos custos capitalizáveis.

**b) Benefícios pós-aposentadoria**

Não há diferença de prática contábil na mensuração dos benefícios pós-emprego entre a Deliberação CVM 371/00, vigente até 31 de dezembro de 2008, e o CPC 33 - Benefícios a Empregados, uma vez que na adoção dos novos CPCs a Companhia optou pela manutenção do método corredor na contabilização dos ganhos e perdas atuariais no resultado. Dessa forma, o momento da adoção inicial destes pronunciamentos, distinto da data de criação dos planos, poderia produzir saldos diferentes de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos.

O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos de 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 29.888 mil, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista nos CPCs. Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor.

**c) Reclassificações**

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos CPCs:

■ Adiantamentos a fornecedores que eram apresentados como parte dos estoques ou do imobilizado foram classificados para linhas específicas de adiantamentos, no ativo circulante e no não circulante;

■ Imposto de renda diferido e contribuição social diferida que eram apresentados no ativo e passivo circulante foram reclassificados para o não circulante e, quando aplicável, estão apresentados por seus valores líquidos;

■ Variações monetárias e cambiais, líquidas: as variações monetárias e cambiais foram reclassificadas para receitas e despesas financeiras, de acordo com sua natureza, conforme demonstrado na nota explicativa 20.

■ Outras despesas operacionais, líquidas: despesas tributárias e participação de empregados foram incluídas no total de outras despesas, conforme demonstrado na nota explicativa 22. Além disso, outras receitas foram segregadas na demonstração do resultado do exercício.

**d) Impostos diferidos**

Os efeitos tributários temporários sobre os ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC mencionados nos itens (a) e (b) foram refletidos, quando aplicáveis, nas demonstrações contábeis para períodos comparativos em 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009.



#### e) Revisão de vida útil de bens do ativo imobilizado

Adicionalmente às mudanças de práticas contábeis para adequação aos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, a Companhia revisou a partir de 2010 a vida útil econômica dos ativos Equipamentos e conjuntos Industriais de refino passando de 10 para 20 anos, conforme mencionado anteriormente na nota explicativa 3c. O efeito da mudança nas taxas de depreciação no resultado de 2010 está apresentado abaixo:

Depreciação pelas novas taxas	237.820
Depreciação pelas taxas antigas	474.453
Efeitos da mudança	236.633

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Roberto Costa – Presidente

José Carlos Cosenza - Conselheiro

Roberto Ken Nagao - Conselheiro

Daniel Lima de Oliveira – Conselheiro

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Ken Nagao - Diretor-Presidente

Roberto Puerari - Diretor Técnico

Vicente José Rauber - Diretor Financeiro e Administrativo

Roberto Ken Nagao - Diretor Comercial

Gilson Fraga Cardoso - Contador CRC/RS-034.440/0-6

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Acionistas da  
Alberto Pasqualini – REFAP S.A.  
Canoas – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Alberto Pasqualini – REFAP S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Alberto Pasqualini – REFAP S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre 11 de fevereiro de 2011.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omlechuk  
Contador - CRC 1RS041241/O-2

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Parecer dos Auditores Independentes e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A. à aprovação dos acionistas:

1. Constituição de Reserva Legal de R\$ 14.847.508,10 (quatorze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oito reais e dez centavos);
2. Constituição de Reserva Especial para Dividendos, de R\$ 98.735.928,87 (noventa e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil, nove centos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos), que corresponde a R\$ 0,14695 por ação ordinária. A criação dessa reserva tem como objetivo minimizar a necessidade de recursos prevista para o exercício de 2011, conforme Exposição de Motivos datada de 25 de janeiro de 2011 (Carta REFAP- 107/2011), enviada pela Administração ao acionista Downstream Participações Ltda;
3. Constituição de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 183.366.725,06 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e seis centavos) destinada a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital do ano de 2011;
4. Orçamento de Capital para o exercício de 2011 no valor de R\$ 822.400.000,00 (oitocentos e vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais) em conformidade ao que estabelece o Art. 33 Inciso III do Estatuto Social.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer, sem reservas, da KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de fevereiro de 2011, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas e das Demonstrações Contábeis a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a ser realizada em 25 de março de 2011.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011.

Sérvio Túlio da Rosa Tinoco – Presidente

Fernando José Alves dos Santos – Conselheiro

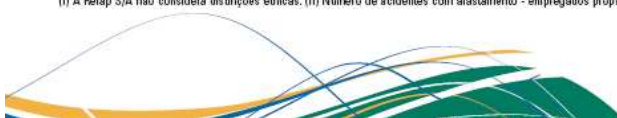
Márcia Castanheira Schneider – Conselheira



## BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2010

EMPRESA: ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

1 - BASE DE CÁLCULO		2010 VALOR (MIL REAIS)		2009 VALOR (MIL REAIS)			
Receita líquida (RL)		9.231.472		9.219.177			
Resultado operacional (RO)		403.403		1.675.665			
Folha de pagamento bruta (FPB)		157.367		124.001			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação		9.143	5,8	0,10	5.000	3,2	0,05
Encargos sociais compulsórios		37.672	23,9	0,41	33.388	21,2	0,36
Previdência privada		15.359	9,8	0,17	5.473	3,5	0,06
Saúde		12.627	8,0	0,14	6.148	3,9	0,07
Segurança e saúde no trabalho		4.282	2,7	0,05	2.997	1,9	0,03
Educação		1.123	0,7	0,01	1.051	0,7	0,01
Cultura		358	0,2	0,00	383	0,2	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.224	1,4	0,02	2.314	1,5	0,03
Creches ou auxílio-creche		513	0,3	0,01	491	0,3	0,01
Participação nos lucros ou resultados		18.300	11,8	0,20	16.732	10,6	0,18
Transporte		6.053	3,8	0,07	5.554	3,5	0,06
Total - Indicadores sociais internos		107.654	68,4	1,17	79.529	50,5	0,86
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Educação		567	0,14	0,01	1.404	0,35	0,02
Cultura		901	0,22	0,01	2.601	0,64	0,03
Saúde e saneamento		222	0,06	0,00	90	0,02	0,00
Esporte		45	0,01	0,00	36	0,01	0,00
Combate a fome e segurança alimentar		45	0,01	0,00	125	0,03	0,00
Outros		444	0,11	0,00	114	0,03	0,00
Total das contribuições para a sociedade		2.224	0,55	0,02	4.370	1,08	0,05
Tributos (excluídos encargos sociais)		3.353.531	831,31	36,33	3.633.030	900,60	39,35
Total - Indicadores sociais externos		3.355.755	831,86	36,35	3.637.400	901,68	39,40
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		25.458	6,3	0,28	10.356	2,6	0,11
Investimentos em programas e/ou projetos externos		152	0,0	0,00	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente		25.610	6,3	0,28	10.356	2,6	0,11
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa		()		( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( X ) cumpre de 76 a 100%	()		( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( X ) cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Nº de empregados(as) ao final do período		909			829		
Nº de admissões durante o período		102			17		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		2.179			537		
Nº de estagiários(as)		25			13		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		296			274		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		178			154		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		12,00%			9,80%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (I)		nd			nd		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		nd			nd		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		19			19		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL			2010		2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			18,30		15,20		
Número total de acidentes de trabalho (II)			0		0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) + Cipa	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		( ) não se envolve	(x) segue as normas da DIT	( ) incentiva e segue a DIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da DIT	( ) incentiva e segue a DIT
A previdência privada contempla:		( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 84	no Procon	na Justiça	na empresa 56	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100%	no Procon %	na Justiça %	na empresa 100%	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2010: 3.951.529			Em 2009: 4.246.837		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		86% governo; 4% colaboradores(as); 0% acionistas; 7% retido; 3% Instituições financeiras/ fornecedores			86% governo; 3% colaboradores(as); 0% acionistas; 26% retido; (15%) Instituições financeiras/fornecedores		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES							
(I) A Refap S/A não considera distinções étnicas, (II) Número de acidentes com afastamento - empregados próprios e contratados.							





Ministério de  
Minas e Energia



ALBERTO PASQUALINI – REFAP SA  
CNPJ 04.207.640/0001-28 – IE 024/0311698 – NIRE 4330004060  
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 11001  
CANDAS – RS – CEP 92420 - 221  
TELEFONE: (51) 3415-2000

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010  
CONTADOR RESPONSÁVEL: GILSON FRAGA CARDOSO - CRC/RS-034.440/0-6  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: PEDRO HENRIQUE MARTINS MORAES - MTB 12959  
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: ALMA DA PALAVRA  
FEVEREIRO DE 2011



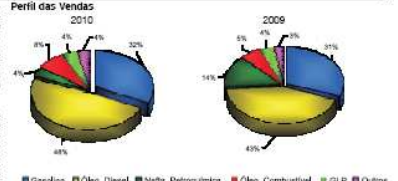
ANEXO B - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA EMPRESA REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A. CNPJ/MF 94.845.674/0001-30 NIRE 43 3 000283 7

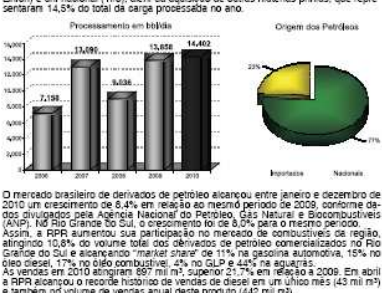
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete a apreciação de V.S.S. seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras relativas a 2010. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Nesse sentido, a RPR iniciou o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que engloba a certificação nas normas ISO 9001 (segurança e saúde ocupacional), ISO 14001 (qualidade) e na ISO 14001 (meio ambiente), bem como...



A economia brasileira apresentou desempenho superior em relação à média dos economias mundiais. O primeiro semestre apresentou um mercado interno demandado, com disponibilidade de crédito e expansão dos prazos de financiamento...



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Indicadores Em R\$ mil. 2010 2009. Receita Líquida: 96.348 (75.922), Lucro Líquido: 38.887 (28.778).

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009. (Em milhares de Reais). ATIVO: Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Investimentos. PASSIVO: Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais). Receita (Nota 18), Custos dos produtos vendidos, Despesas administrativas, Resultado antes dos impostos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais). Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, Financiamentos.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. (Em milhares de Reais). Saldo em 1º de janeiro de 2009, Resultado do período, Ajustes de avaliação patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Continuação). Saldo em 31 de dezembro de 2010, Saldo em 31 de dezembro de 2009, Saldo em 1º de janeiro de 2009.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Continuação). Saldo em 31 de dezembro de 2010, Saldo em 31 de dezembro de 2009, Saldo em 1º de janeiro de 2009.





REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ/MF 94.845.674/0001-30

NIRE 43 3 0000283 7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

c. Risco de mercado
Risco de taxa de câmbio
O risco de mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como grande parte das aquisições de petróleo da Companhia é oriunda através de importação, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, há a necessidade de acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique, para tal, uma gestão ativa de sua divida mostral em sua exposição cambial.

Risco de taxa de juros
A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações do CDI diário.

d. Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variação de custos associados a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto do risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de mudanças operacionais de gestão de componentes e processos operacionais sujeitos de todos as operações da Companhia.

7. ESTOQUES
Produtos acabados
Produtos intermediários
Materias-primas
Materiais e suprimentos para manutenção
Estoque em poder de terceiros
Provisão para perdas em estoques

8. IMPOSTOS A RECUPERAR
Imposto de renda e contribuição social
COPFINS
PIS
Outros
Não circulante

9. PARTES RELACIONADAS
As transações operacionais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:
2010

Table with 5 columns: Empresas, Contas a receber circulante, Contas a pagar circulante, Vendas, Compras. Rows include Braskem S.A., PIFCO - Petróleos Internacionais, Isatec Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda, etc.

Table with 5 columns: Empresas, Contas a receber circulante, Contas a pagar circulante, Vendas, Compras. Rows include Braskem S.A., PIFCO - Petróleos Internacionais, Isatec Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda, etc.

Table with 5 columns: Empresas, Contas a receber circulante, Contas a pagar circulante, Vendas, Compras. Rows include Braskem S.A., Companhia Brasileira de Petróleo (Ipiranga), etc.

As operações comerciais da Companhia com suas partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado.

Controladores em conjunto:
Braskem S.A.
Petrobras Distribuidora S.A.
Liquigas Distribuidora S.A.

Empresas controladas direta ou indiretamente pelas controladoras em conjunto:
Petrobras Distribuidora S.A.
Liquigas Distribuidora S.A.
PIPCO - Petróleos Internacionais Finance Co.
Petrobras Singapore Private Limited
Braskem Incorporated Limited
Alberto Pasqualini - REPAF S.A.

Empresas controladas direta ou indiretamente pelas controladoras diretas:
Isatec Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da administração
O total da remuneração de beneficiários de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia no exercício de 2010 foi de R\$ 1.487 (R\$ 1.380 no exercício de 2009), referente a diretores e conselheiros.

10. IMOBILIZADO
a. Composição dos saldos
Terrenos
Edificações e benfeitorias
Móveis e utensílios
Computadores e periféricos
Veículos
Outros

Table with 5 columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009, Custo, Depreciação acumulada. Rows include Terrenos, Edificações e benfeitorias, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Outros.

b. Movimentação do custo
Terrenos
Edificações e benfeitorias
Máquinas, equipamentos e instalações de operações
Móveis e utensílios
Computadores e periféricos
Veículos
Outros

Table with 5 columns: 31/12/2009, 2010, Custo, Adições, Baixas, Transferências, Custo. Rows include Terrenos, Edificações e benfeitorias, Máquinas, equipamentos e instalações de operações, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Outros.

Table with 5 columns: 01/01/2009, 2009, Custo, Adições, Baixas, Transferências, Custo. Rows include Terrenos, Edificações e benfeitorias, Máquinas, equipamentos e instalações de operações, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Outros.

11. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Table with 5 columns: Características, Moeda nacional, Moeda estrangeira, 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009, Índice/medida, Valor de face, Taxa encargos financeiros anuais, Ano de vencimento.

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Table with 5 columns: 2010, 2011, 2012, 2013, 2015 até 2020, Total.

12. FORNECEDORES

Table with 5 columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009, Fornecedores, Sociedades controladoras, Empresas ligadas, Total.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

Table with 5 columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009, IRPJ, CIDE, COPFINS, Imposto de renda e contribuição social.

14. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e parte em árbitragem e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

Table with 5 columns: Provisão, Depósitos judiciais, Valor líquido. Rows include Fidejussões, Cíveis, Trabalhistas.

Table with 5 columns: Provisão, Depósitos judiciais, Valor líquido. Rows include Circulante, Não circulante.

Table with 5 columns: Provisão, Depósitos judiciais, Valor líquido. Rows include Fidejussões, Trabalhistas, Cíveis, Não circulante.

c. Movimentação da depreciação

Table with 5 columns: 31/12/2009, 2010, Depreciação, Adições, Baixas, Depreciação. Rows include Edificações e benfeitorias, Máquinas, equipamentos e instalações de operações, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Outros.

01/01/2009, 2009

Table with 5 columns: Depreciação, Adições, Baixas, Depreciação. Rows include Edificações e benfeitorias, Máquinas, equipamentos e instalações de operações, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Outros.

Do total de imobilizado cerca de R\$ 530 em 31 de dezembro de 2010 referem-se a ativos dados em garantia para financiamentos - FIVAVE.

d. Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 11 de janeiro de 2009 em 31 de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico do bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanas tecnológicas ocasionais e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte de adoção do custo atribuído a administração da Companhia avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 11 de janeiro de 2009. Adicionalmente, sem vencer realizada a revisão de vida útil estimada e o valor residual. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado antes e após essa revisão está evidenciada na nota explicativa 3c (ii).

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes de adoção do custo atribuído em 11 de janeiro de 2009 foram:

Table with 5 columns: Saldos em 31 de dezembro de 2008, Ajustes de adoção do custo atribuído em 11 de janeiro de 2009, 2009, 2009.

O ajuste do custo atribuído de terrenos apresentou uma redução de baixa de reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores que estava apresentada no patrimônio líquido até o exercício findo em 2008.

O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 67.954 e o passivo diferido de imposto de renda e contribuição social foi aumentado em R\$ 25.507 em decorrência da adoção do custo atribuído. A contração do passivo diferido demonstra o não efeito nos impostos a pagar.

Os efeitos decorrentes de adoção do custo atribuído na despesa de depreciação foram de R\$ 4.198 em 2010 e R\$ 4.198 em 2009.

Características dos montantes: Processos Trabalhistas

Table with 5 columns: Saldo em 11 de janeiro de 2009, Fidejussões, Cíveis, Trabalhistas, Total. Rows include Provisões feitas durante o período, Provisões utilizadas durante o período.

16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS POSSÍVEIS

As passivas consideradas como passivas possíveis pela administração da Companhia, arcadas pelos consultores jurídicos internos e externos, não são provisionadas nas demonstrações financeiras e possuem a seguinte composição:

Table with 5 columns: 2010, 2009, 01/01/2009, Processos fiscais, Processos cíveis, Processos trabalhistas, Total.

c. Ativos contingentes

A Companhia incluiu contenciosos judiciais nas esferas tributária Federal e Estadual, objetivando a recuperação de impostos e contribuições pagos indevidamente ou a maior, cujos processos correm, ao seu término, reconhecerem receitas, as quais, pela sua natureza contingente, não estão registradas nas demonstrações financeiras.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui um conjunto de benefícios após aposentadoria para seus empregados elegíveis e suas famílias. Os benefícios existentes são, segundo o plano, plano de assistência médica e odontológica, indenização do FGTO e gratificação por tempo de serviço.

Table with 5 columns: Valor líquido, 2010, 2009, 01/01/2009, Fidejussões, Trabalhistas, Cíveis.

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ/MF 94.845.674/0001-30

NIRE 43 3 0000283 7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 – (Em milhares de Reais)

A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

Table with columns for 2010 and 2009, showing 'Valor presente das obrigações totalmente descontadas em 01 de janeiro' and 'Despesas no ano'.

a) Participação dos empregados da Companhia. Calculada em 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários...

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias...

b. Reserva de lucros
Reserva legal
Reserva de retenção de lucros
Reserva para aplicação em investimentos previstos em orçamento...

c. Remuneração aos acionistas
As ações são asseguradas anualmente a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício...

d. Provisão para contingência de reserva
Provisão acumulada do exercício anterior
Lucros após compensação de prejuízos

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Classificação dos instrumentos financeiros
A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir...

Table showing classification of financial instruments with columns for 31/12/2010 and 31/12/2009, and sub-columns for 'ativo' and 'passivo'.

b) Riscos de crédito
Exposição a riscos de crédito
Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito...

c) Riscos de liquidez
Exposição a riscos de liquidez
A seguir, estão as maturações contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2010...

d) Risco cambial
Exposição a moeda estrangeira
A exposição da Companhia ao risco ao dólar norte americano foi a seguinte - base em valores nominais:

Table showing exposure to foreign currency risk with columns for 31/12/2010 and 31/12/2009.

e) Risco de taxa de juros
Perfil
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Table showing interest rate risk profile with columns for 31/12/2010 and 31/12/2009.

f) Risco de taxa de câmbio
Exposição do balanço patrimonial sem instrumentos financeiros derivativos...

As operações abaixo referentes a NDFs em aberto:

Table showing NDF operations with columns for 'Tipo de instrumento / proteção', 'Moeda', and 'Valor nominal'.

Dutro instrumento contratado pela Companhia em 2010, para proteção de risco de variação cambial em empréstimos bancários em moeda estrangeira...

D valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliação...

Ativo
Estoque
Passivo
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)

Análise de sensibilidade - risco cambial
A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em momentos compatíveis com o negócio...

Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros
Perfil
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Table showing interest rate risk profile with columns for 31/12/2010 and 31/12/2009.

Exposição líquida em 31 de dezembro de 2010 sem derivativos...

Exposição líquida nos cenários...

Exposição líquida em 31 de dezembro de 2010 sem derivativos...

Exposição líquida nos cenários...

Exposição líquida em 31 de dezembro de 2010 sem derivativos...

Exposição líquida nos cenários...

Exposição líquida em 31 de dezembro de 2010 sem derivativos...

Exposição líquida nos cenários...



 <b>REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE</b>	<b>REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.</b>		CNPJ/MF 94.845.674/0001-30 NIRE 43 3 000283 7	
	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>DIRETORIA</b>	<b>CONTADOR</b>
JOÃO ADOLFO OBERICH Presidente	FRANCISCO PAIS Conselheiro	HARDI LUIZ SCHUCK Conselheiro	MARGARETH FEIJO BRUNNET Diretora Superintendente	DECIO RODRUE DIEHL JÚNIOR Contador CRC/RS: 57.739/0-2
HENRIQUE LEOPOLDO SCHULZ Conselheiro	MARCELLO DE SIMONE Conselheiro	FLÁVIO DO COUTO BEZERRA CAVALCANTI Conselheiro	EDUARDO TEIXEIRA NETO Diretor	
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>				
<p> <b>Aos</b> Conselheiros e Acionistas da  <b>REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.</b>          Rio Grande – RS       </p> <p>         Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.       </p> <p> <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras</b>          A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.       </p> <p> <b>Responsabilidade dos auditores independentes</b>          Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as nor-       </p> <p>         mas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.       </p> <p>         Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.       </p> <p>         Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.       </p> <p> <b>Opinião</b>          Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria Riograndense S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.       </p> <p> <b>Outros assuntos</b>  <b>Ênfase</b>          Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, as operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos seus acionistas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e seus acionistas e partes relacionadas e não incluem quaisquer ajustes às contas das demonstrações financeiras que poderiam ser requeridos no caso de eventual alteração no perfil de suas operações.       </p> <p style="text-align: right;">         Porto Alegre, 17 de março de 2011.       </p> <p>         KPMG Auditores Independentes          CRC 23P014428/P-7-RS       </p> <p style="text-align: right;">         Wisdomir Dmieschuk          Contador - CRC 1R0041241/O-2       </p>				